



**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E LUTA POR DIREITO À MORADIA DIGNA E DIREITO À CIDADE:
ETNOGRAFIA DE UMA MULHER DO NORDESTE EM SÃO PAULO**

The Production of Urban Space and the Fight for the Right to Decent Housing and the Right to the City: An Ethnography of a Woman from the Northeast of Brazil in São Paulo

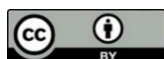
Larissa de Alcantara Viana

Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP, Brasil

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/3779893234583968> ORCID:<http://orcid.org/0000-0002-6111-9043>

E-mail:larissa.aviana@gmail.com

Trabalho enviado em 30 de setembro de 2020 e aceito em 23 de agosto de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.02., 2022, p. 1303-1357.

Larissa de Alcantara Viana

DOI: [10.12957/rdc.2022.55290](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.55290) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Este artigo aborda os nexos estabelecidos no processo de produção social do espaço contemporâneo entre a luta por moradia e por direito à cidade de fração precarizada da classe trabalhadora e a constituição do protagonismo feminino nessa luta. Parte-se de um estudo de caso realizado a partir de abordagem etnográfica na ocupação São João-588, no centro de São Paulo, enquanto processo de autoconstrução – aqui expresso por derivação conceitual pelo termo de autorreabilitação – que conformam parte expressiva da provisão de habitação da e para a classe trabalhadora. A estrutura que sustenta este artigo é resultado da confrontação entre os dados de realidade que se depreendem do trabalho de campo com o referencial teórico inicial e o demandado pela própria interposição da realidade. Assim, o objetivo desta pesquisa é – a partir do percurso teórico, metodológico e de campo –, desvelar aspectos da produção do espaço urbano contemporâneo realizado na ocupação São João-588 enquanto lutas coletivas cotidianas pelo direito à cidade. Ao buscar apreender os nexos socioespaciais destes espaços, a máxima da dialética do espaço, de que os grupos sociais produzem o espaço e são por ele produzidos, se revela em sua especificidade.

Palavras-chave: 1. deslocamento; 2. direito à cidade; 3. luta coletiva; 4. ocupação; 5. trajetória de vida

ABSTRACT

This article sets out the connections established between the struggle of the most precarious fraction of the working class for housing and for the right to the city and the constitution of the feminine fight as a protagonist, inserted in the social process of production of contemporary urban space. The work is based on a case study carried out at the São João-588 squatter, in the downtown of the city of São Paulo, as an example of a process of self-construction - term used as a conceptual derivation of the term *self-renovation* - which consists an expressive part of the provision of housing to and from the working class. The structure that sustains this article is the result of the confrontation between the inferred data of real facts obtained from the fieldwork with the initial theoretical reference and the one demanded by the very interposition of reality. Thus, the objective of the present study - from the theoretical, methodological and empirical paths - is to unveil the aspects of the production of contemporary urban space observed in the squatter São João-588 as everyday collective struggles for the right to the city. In seeking to apprehend the social-spatial nexus of such spaces, the maxim of the dialectics of space - that social groups produce the space and are produced by it - is revealed in its specificity.

Keywords: 1. Displacement; 2. Right to the city; 3. Collective struggle; 4. Squatter; 5. Life trajectory



1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma perspectiva de compreensão da produção do espaço urbano na maior metrópole da América Latina, São Paulo, a partir da concretude do cotidiano amparada na trajetória de vida de uma mulher nascida na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, na região Nordeste e que ao chegar na cidade de São Paulo, na década de 1990, se insere na luta pelo direito à moradia que, posteriormente, se amplia para a luta pelo direito à cidade.

Para trabalhar com a questão das trajetórias, me debrucei sobre um método descrito por Alonso (2016) como “reconstrução de trajetórias individuais”. Para a autora, a reconstrução das trajetórias individuais “consiste em acessar informações por meio da reconstrução das experiências dos indivíduos, seja a partir de seus próprios relatos, seja por outros meios” (ALONSO, 2016, p. 12) e ainda “a coleta de narrativas dos membros da vida social sobre suas próprias experiências” (ALONSO, 2016, p. 12).

A estrutura que sustenta este artigo é resultado da confrontação entre os dados de realidade que se depreendem do trabalho de campo com o referencial teórico inicial e o demandado pela própria interposição da realidade. Realizei a pesquisa de campo durante dois anos (2018 – 2020) na ocupação São João-588, um edifício no centro da cidade, antigo hotel construído na década de 1920, ao lado do famoso cruzamento das avenidas Ipiranga e São João, fechado e abandonado há quase vinte anos quando foi ocupado em 2010 pelo Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (MSTRU). A realização do trabalho de campo foi ancorada na abordagem etnográfica. Para Rizek (2013), a pesquisa etnográfica

[...] busca compreender as práticas e a experiência da cidade em sua multiplicidade [...] Dessa perspectiva, perscrutar as várias dimensões de um fazer, de um conjunto de práticas, de um conjunto de relações é muito mais do que compreender apenas (apenas?) representações. Ainda assim, é preciso também apreender, pesquisar, coletar e interpretar representações, dimensões simbólicas, expressões estéticas que possam apontar consensos e dissensos, dimensões que permitam entrever vínculos e relações entre estética (apreensão e percepção do mundo sensível) e política, entrever formas de disputa em torno das leituras do mundo, da cidade, da produção estética. Dessa perspectiva, é possível pensar a pesquisa etnográfica como um caminho fértil para compreender a produção – o fazer, relações, práticas, horizontes e modos de recepção – das dimensões urbanas e de seus sentidos (RIZEK, 2013, p. 19 e 20).

Com essa perspectiva, busquei apreender essa multiplicidade de experiências vividas no cotidiano, amparada, também, por um conjunto de referências bibliográficas que discute movimentos de moradia e suas estratégias de ação.



Cheguei à ocupação São João-588 pela primeira vez enquanto pesquisadora através do contato com uma liderança de um movimento de moradia que participa da Frente de Luta por Moradia (FLM), mesma frente que participa o MSTRU, movimento que organiza a ocupação São João-588. Anteriormente eu já havia realizado, em outra ocupação, uma pesquisa com o mesmo objetivo, então já cheguei na ocupação São João-588 com categorias e marcadores estabelecidas no campo anterior. Além das categorias, também me auxiliaram na condução da pesquisa na ocupação São João-588 a compreensão de procedimentos da condução do uso do método proporcionados pela pesquisa anterior. O caderno de campo pode instaurar uma barreira, um impedimento à fluidez das conversas e das relações. O ideal é não usá-lo na presença das pessoas. Além disso, superar o incômodo interno e insistir na minha presença foi fundamental para a consolidação da relação e para que futuramente a conversa viesse a ser fluida e minha presença não fosse mais um estranhamento.

Assim, os registros no caderno foram feitos sempre após a saída de campo, depois do dia a dia de imersão, ainda com a memória fresca. Exceto em casos de reuniões formais com o poder público ou em assembleias dos próprios moradores. Destaco este procedimento porque o registro sistemático da imersão é o que permite situar espacial e temporalmente o fio narrativo obtido durante o campo e do qual me servi na construção da reflexão analítica da trajetória de vida de minha interlocutora. Assim,

O diário de campo funciona como um anúncio de um texto futuro, ao qual só se chega, quando se chega, por esse retorno ao trabalho de campo. Esse trabalho de retorno é uma volta ao campo, uma dobra de tempo e de espaço sobre a pesquisa realizada, ainda inconclusa. Dessa perspectiva, a primeira pessoa não é sempre a mesma pessoa (RIZEK, 2013, p. 23).

Aqui, um novo elemento se destaca do campo. Trata-se da dimensão da luta coletiva. Esse elemento foi apreendido no esforço de estruturação metodológica do estudo de trajetórias de vida. Posto que, para tanto, foi preciso voltar o olhar para a conexão entre o meio social onde a trajetória individual se desenrola. É a partir dessa conexão que é possível compreender a trajetória dessa mulher, ao colocar em perspectiva elementos que explicitam o movimento e suas condições de realização. As conexões de seu deslocamento com os marcos temporais e espaciais – atravessados por marcos políticos, sociais e econômicos do país – delinearam os sentidos dessa trajetória em evidências concretas. A partir da experiência individual dessa mulher, o que se percebe é uma modulação da história e da produção social do espaço urbano e o destino coletivo subjacente aos que experienciam condições sociais similares. Bem como se percebe que, em suas trajetórias, nos seus deslocamentos



pelo país ou pela cidade, eram indissociáveis da marcação trabalho e casa. Então, para a apreensão dessas trajetórias, montei uma primeira tríade analítica: casa-deslocamento-trabalho¹.

Por isso a revisão bibliográfica incorporou autores que discorrem acerca da categoria trabalho, trazendo para a minha reflexão um diálogo com o debate no campo da sociologia do trabalho. Essa categoria se apresentou de forma marcante em associação com a questão da moradia e do deslocamento. Um desdobramento que também foi trazido pelas imersões no campo foi a questão do trabalho doméstico. Para entrar neste debate, recorri a uma bibliografia feminista que enfrenta a questão de o trabalho doméstico ainda ser encarado como improdutivo e no âmbito da reprodução e não da produção.

A partir, então, dos elementos advindos dos trabalhos de campo (o encontro em espaços precarizados, o protagonismo feminino, e o destino coletivo), somados à apreensão da trajetória de vida e à primeira tríade onde a casa e o trabalho conformavam o deslocamento, desdobrei uma segunda tríade analítica: luta coletiva-mulheres-ocupação².

Em suma, este artigo é resultado de uma pesquisa realizada a partir de um intenso campo de abordagem etnográfica, em que trabalhei com uma bibliografia em perspectiva, mas não tentei fazer a leitura desse espaço de forma a enquadrá-la na bibliografia. Observei aquela realidade, escutei o que aquela mulher me contava, como ela contava e como se elaborava. Com esse procedimento, o campo me foi interpondo categorias de análises, organizadas na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação, que foram postas em diálogo com a exploração do debate teórico e conceitual em torno da produção social do espaço urbano.

Realizado esse percurso, o que defendo neste artigo é que os nexos encontrados, no processo de produção social do espaço contemporâneo, entre a luta por moradia de fração precarizada da classe trabalhadora, a constituição do protagonismo feminino nessa luta e a conformação das estratégias de ação coletiva, se configuram como mecanismo que dialeticamente constituem espaços de reprodução da vida e da força de trabalho e produz cidade em regime precário, funcional e associado à dinâmica global de produção capitalista do espaço, mas que em sua contradição produz potências transformadoras. Potências estas produzidas na configuração particular das relações dialéticas de produção do espaço, expressa na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação, proposta abordada aqui enquanto tema central.

¹ Tríade horizontal e não piramidal, escrita aqui em ordem alfabética e não por ordem de peso ou importância.

² Tríade horizontal e não piramidal, escrita aqui em ordem alfabética e não por ordem de peso ou importância.

1.1. A MULHER DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como interlocutora principal: Aparecida³.

Aparecida é uma mulher de cinquenta e poucos anos que chegou em São Paulo nos anos 1990 vinda de Imperatriz, interior do Maranhão. Casou em Imperatriz com Antônio, seu marido até os dias de hoje, e lá tiveram as duas filhas mais velhas do casal. Com o nascimento da segunda filha, Antônio mudou-se para São Paulo e um tempo Aparecida e as duas filhas também. Quando chegou em São Paulo, Aparecida morou com a família em dois cortiços na região central da cidade e posteriormente mudaram-se para uma casa alugada em São Mateus, zona leste da cidade. Foi morando nessa casa que nasceu o terceiro e último filho do casal, e onde Aparecida conheceu o movimento de moradia que lutava pelo direito à moradia digna a partir do processo de mutirão por autogestão. Inserida nessa luta, Aparecida conquistou o apartamento onde mora até os dias de hoje e, posteriormente, fundou outro movimento de moradia que luta pelo direito à moradia digna na área central da capital paulista.

1.2. TRAJETO DE LEITURA

Este artigo está dividido em cinco partes, sendo esta, a primeira, como introdução onde é descrito o percurso da pesquisa. A segunda parte conta a trajetória de deslocamentos de Aparecida, interlocutora principal desta pesquisa e, a partir desses deslocamentos, sua inserção na luta pelo direito à moradia digna via mutirão autogestionário, que é detalhada na terceira parte. A quarta parte relata a trajetória de Aparecida enquanto liderança e coordenadora de um movimento de moradia cuja luta por moradia digna e direito à cidade se realiza a partir de ocupação de edifício abandonado no centro de São Paulo, essa parte traz a produção do espaço dessa ocupação a partir da autorreabilitação dessa edificação com histórico narrativo desde o dia que a ocupação foi realizada, em 2010. Por fim, a quinta e última parte trata das considerações sobre os nexos da ação coletiva na produção do espaço e a especificidade da configuração da dialética dessa produção nos marcos do contexto sócio histórico da ocupação investigada na luta pelo direito à cidade, com protagonismo dessa mulher.

³ O nome da interlocutora principal, assim como das demais pessoas que participaram desta pesquisa são nomes fictícios, mantendo seus nomes verdadeiros preservados no intuito de resguardar suas identidades.

2. APARECIDA PERCORRE ESPAÇO

Nascida na cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão, Aparecida é a única mulher em uma família de seis filhos. Uma família com muitas dificuldades que comprometiam a sobrevivência plena e digna, que, por conta da adversa situação econômica e social que vivia, teve de recorrer à atribuição de algum tipo de trabalho aos filhos desde que eles eram ainda crianças, com o objetivo de complementar a renda familiar.

Aparecida começou a trabalhar com dez anos de idade como empregada doméstica, inserida em uma situação social de reprodução da pobreza e de relações precarizadas e informais de trabalho, que explora e nega direitos e expõe principalmente meninas negras a diversas situações de perigo.

Essa prática perversa e bastante comum, por ser “[...] realizado por crianças e adolescentes no âmbito privado das residências, uma forma de trabalho ainda visto com naturalidade e socialmente aceito, envolto em um discurso de ‘ajuda’” (SANTOS, 2016, p. 160), é frequentemente normalizada na construção do discurso de que esse tipo de exploração é uma oportunidade para que crianças e adolescentes não se envolvam com infrações, drogas ou algo semelhante. Essas crianças e adolescentes, predominantemente meninas negras, de acordo com dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)⁴, exercem atividades de cuidado doméstico e mesmo de cuidado de outras crianças, nas chamadas “casas de famílias” com mais recursos financeiros, não obrigatoriamente ricas. Esse trabalho frequentemente não é remunerado, mas trocado por abrigo, alimentação, roupas - geralmente já usadas -, produtos de higiene pessoal e, quando remunerado, o pagamento é ínfimo. É, ainda, difícil de ser contabilizado por ser um trabalho que

[...] é desenvolvido no âmbito privado dos domicílios, dificultando o conhecimento da realidade [...]; é socialmente aceito por ser praticado a título de ajuda; [e] em geral, não é caracterizado, quando realizado em casas de terceiros, como trabalho pela família empregadora, mas como forma de participação no núcleo familiar ou ainda como auxílio e caridade àquela criança ou adolescente, em troca de casa e alimentação (SANTOS, 2016, p. 165).

Esse trecho leva também a refletir quanto ao trabalho doméstico em si, que, por não ser tratado publicamente como trabalho socialmente necessário, mas apenas necessário em âmbito privado, encontra dificuldade em ser contabilizado. Há uma estimativa de que esse tipo de trabalho “consome, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa” (DAVIS, 2016, p. 225). Por

⁴ Disponível em: <https://fnpeti.org.br/>. Acesso em 26 jun. 2019.

se tratar de um trabalho cuja responsabilidade é individual e reservada às mulheres, as atividades domésticas não são reconhecidas enquanto trabalho e são invisibilizadas, o que leva à aceitação social da realização de tais atividades por meninas. “Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p. 230). Logo, com as heranças patriarcais e escravagistas do Brasil, os trabalhos menos especializados e/ou considerados não qualificados, entre os quais se insere o trabalho doméstico, são destinados às mulheres, crianças e pessoas negras. O trabalho doméstico, compreendido como de pouca especialização, se amplia para os trabalhos de cuidado, os quais, além do cuidado com a casa, incluem também o trabalho de cuidado com pessoas doentes, homens, crianças e idosos.

Ainda na adolescência, na segunda metade dos anos 1980, Aparecida começou a trabalhar como vendedora ambulante, atividade que exerceu até pouco depois de casar-se com Antônio, em 1989, aos vinte anos de idade. O comércio ambulante, caracterizado por ser um trabalho informal, funciona, através dos vendedores de rua distribuídos por diversos pontos nas cidades, como distribuição dos produtos cujas procedências são variadas. “O trabalho informal no comércio ambulante articula fluxos de mercadorias diversas em redes de escala global e, antes de ser um sinal do atraso, é um dos aspectos marcantes da globalização nas grandes metrópoles” (SILVA, 2011, p. 58).

Distantes das hierarquias do mundo formal do trabalho, os trabalhadores ambulantes se inserem na chamada “viração”⁵ cotidiana (CABANES; SILVA; TELLES, 2006), cuja geração de renda não se baseia no assalariamento e o comércio realizado se caracteriza por sua ligação direta a uma dinâmica de produção e circulação da riqueza (SILVA, 2011).

Apesar do comércio ambulante ser fundamental para a produção e a circulação de mercadorias e ser característico da globalização, o trabalho de ambulante, especialmente quando é exercido por pessoas mais pobres, com venda de produtos mais populares, é cotidianamente criminalizado, estando sempre sujeito à constante pressão de mecanismos de fiscalização, muitas vezes violentos e que acarretam na perda da mercadoria - levada pelos fiscais e guardas municipais.

⁵ Por “viração” entende-se o que Telles e Cabanes (2006, p. 21 e 22) definem como: “a conhecidíssima viração no mercado (e cidade) informal, na qual os agenciamentos da vida cotidiana se fazem sempre e a cada momento nos limiares do legal e ilegal; o trabalhador regular que foi pego em cheio pela dita reestruturação produtiva e que, perdendo os pilares do mundo, vai se ajeitando (e se desencontrando) na vida entre a família e ajuda de uns e outros; o trabalhador migrante recente (anos 90) que vê desmoronar, em ato e ao vivo, o sonho de uma vida estável entre o trabalho e a moradia ou, então, os que, em busca e na defesa de um lugar no mundo, se lançam em uma militância que, agora, mais do que nunca, parece operar num jogo de vida e de morte às voltas com máfias locais, grileiros e seus matadores e também a violência-de-todos-os-dias que vai campeando nesses territórios em disputa [...]”.

Aparecida parou de trabalhar fora de casa um ano depois de seu casamento com Antônio, em 1990, quando tiveram a primeira de seus três filhos; a segunda filha nasceu em 1992; ambas nasceram no Maranhão. O último chegaria anos depois, já em São Paulo.

Quando me casei, já saí do mercado de trabalho. Me casei com 20 anos e já não fui mais trabalhar porque eu resolvi cuidar das crianças. Não queria deixar as crianças com ninguém, não queria deixar na creche. Aí eu preferi cuidar das crianças e ele trabalhando (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Ao abdicar do trabalho fora de casa para se dedicar integralmente à criação das filhas e aos afazeres domésticos, Aparecida segue o que Telles (2006, p. 153) define como sendo “[...] os percursos que caracterizam as trajetórias ocupacionais femininas, cheias de interrupções e inflexões em razão das dificuldades de conjugar trabalho e vida doméstica”. Essa dificuldade é reflexo do fato do cuidado com as crianças no nosso país ser estritamente da esfera do privado, vide o número insuficiente de creches públicas⁶ existentes nas nossas cidades e a terceirização do cuidado infantil feita por pessoas com mais recursos financeiros, que termina por impactar diretamente a vida de mulheres pobres – muitas vezes obrigadas cuidar dos filhos de terceiros em detrimento dos seus. Embora Aparecida afirme que não queria deixar as filhas na creche, é preciso buscar compreender essa afirmação no sentido político amplo, da articulação entre a condição do espaço privado com atividades de cuidados destinadas à mulher e a insuficiência do número de creches que possibilitariam à mulher autonomia; assim, é preciso entender que esses cuidados devem ser compreendidos enquanto função da sociedade, possibilitando-se, assim, rompimentos com ciclos de dependência e subordinação, além de

⁶ De acordo com matéria publica em 19 de outubro de 2017 pelo jornal Valor Econômico, as vagas nas creches públicas no Brasil só abrangem 30% das crianças de zero a três anos do país. Ainda de acordo com a mesma matéria, a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é de atendimento a, pelo menos, 50% das crianças nessa faixa etária até 2024. Essa realidade da insuficiência de vagas nas creches afeta drasticamente a vida de famílias, principalmente de mães pobres que não têm condições de matricular seus filhos em creches particulares. GUIMARÃES, L. Brasil levará mais de 25 anos para oferecer creche para 50% das crianças. Valor econômico, São Paulo, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5160972/brasil-levara-mais-25-anos-para-oferecer-creches-para-50-das-criancas>. Acesso em 01 jul. 2019.

Em outra reportagem divulgada no dia 30 de junho de 2019 pelo site UOL denuncia, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o cancelamento de obras de 1.495 creches, em todo o Brasil, em novembro de 2018. A reportagem traz ainda entrevistas com famílias de diferentes municípios do país que contam das dificuldades de se conseguir uma creche, muitas não conseguiram e as que conseguiram as creches passam por diversas dificuldades, desde problemas estruturais das edificações até a falta de professores. Além disso, famílias denunciam que andam aproximadamente 5 quilômetros para levar seus filhos à creche. MADEIRO, C. Com cancelamento de mais de mil creches, mães ficam “órfãs de trabalho”. UOL, Maceió, 30 jun. 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/06/30/com-cancelamento-de-mais-de-mil-creches-maes-ficam-orfas-de-trabalho.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral. Acesso em 02 jul. 2019.

oportunidades de maior qualificação profissional da mulher – o que consequentemente leva a melhores salários.

[...] Essa ideologia que opõe a família (ou a comunidade) à fábrica, o pessoal ao social, o privado ao público, o trabalho produtivo ao improdutivo é funcional à nossa escravização na casa – que, na ausência de um salário, sempre aparentou ser um ato de amor. Essa ideologia está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho, que encontra uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear (FEDERICI, 2019, p. 77).

Para o pensamento marxista, o lucro é o trabalho não pago ocultado pelo salário, o que nos leva ao encontro de Federici (2019) quando esta se refere às relações familiares e sociais enquanto necessárias à produção do capital e, no entanto, ocultadas pela ausência de salário.

Quando Aparecida e Antônio se conheceram, ele trabalhava em um supermercado exercendo a função de entregador de compras. O casal foi morar em uma casa de madeira construída por eles nos fundos da casa dos pais de Aparecida, que, com o dinheiro da aposentadoria somado ao dinheiro enviado pelos filhos que estavam morando e trabalhando em São Paulo, compraram um terreno e construíram a casa própria, depois de anos de sofrimento e instabilidade lutando para saírem do oneroso aluguel. Com o nascimento da segunda filha, em um cenário de salário insuficiente e poucas perspectivas de melhora, Antônio sai de Imperatriz para São Paulo em busca de melhores condições de vida para a família.

Em 1992 eu tive a segunda e foi quando meu marido veio para cá para São Paulo em busca de melhoria das condições de vida, porque é isso que acontece mesmo. E aí ele ficou quase um ano aqui e eu fiquei lá com as duas crianças. Em 1993 eu vim, foi no meio do ano, vim para cá com as duas meninas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Da chegada em São Paulo, Antônio morou em um cortiço na região central, na alameda Gleite⁷, onde moravam alguns parentes e conterrâneos, dentre eles um dos irmãos de Aparecida. Começou a procurar emprego de porta em porta - prática bastante comum nas décadas anteriores, antes da chamada reestruturação produtiva, caracterizada pelo aumento do terciário e das agências de emprego.

O pensamento comum das pessoas que se deslocavam para São Paulo, especialmente da região Nordeste, de se conseguir emprego batendo de porta em porta está ligado à lógica de intensa migração - ocorrida de forma notória entre os anos de 1940 e 1960, mas ainda com relevância até os anos 1980, quando era essa a forma predominante de se conseguir trabalho, e geralmente as portas a

⁷ Localizada no bairro Campos Elísios, pertencente ao distrito de Santa Cecília, na região central da capital paulista.

se bater eram indicadas por parentes, amigos e conterrâneos que já estavam na cidade há algum tempo. Com a reestruturação produtiva do chão de fábrica - definitivamente implementada nos anos 1990 - impactando todo o mundo do trabalho, entram em cena as agências de intermediação de contratação, chamadas agências de emprego ou agências de trabalho temporário, num cenário em que o trabalho temporário vinha a ser cada vez mais comum, especialmente para quem iniciava sua vida no mundo do trabalho, ou seja, os jovens. Hirata, Magalhães JR e Telles, ao avaliarem as agências de mediação de contratação de mão de obra que surgiam em 1990, afirmam que “[...] a entrada no mercado se faz em boa medida pela intermediação das agências” (HIRATA, MAGALHÃES JR. e TELLES, 2006, p. 224).

Claro que, apesar do crescimento da intermediação das agências de emprego e trabalho temporário, não impossibilitava-se conseguir emprego por conta própria, como foi o caso de Antônio, que, chegando em São Paulo, começou a trabalhar novamente em um supermercado, no bairro de Pinheiros⁸, onde ficou poucos meses - apenas o restante do ano de 1992 e o primeiro mês de 1993 -, pois, em janeiro de 1993, foi inaugurado, também em Pinheiros, o Parque da Mônica⁹, onde logo Antônio começou a trabalhar. Nos primeiros seis meses em que trabalhou no Parque, focou-se em economizar um dinheiro que possibilitasse a estruturação necessária para a chegada da família que havia ficado no Maranhão. Seis meses depois do início do trabalho, conseguiu enviar o dinheiro necessário para a viagem de Aparecida e das duas filhas e alugou um quarto para receber a família no mesmo cortiço em que já morava, na alameda Gleite.

Uma noite, em meados de 1993, Aparecida pegou um ônibus em Imperatriz-MA com as duas filhas pequenas, a mais nova ainda sendo amamentada, sem nenhuma pessoa com quem pudesse dividir os cuidados e o trabalho com as crianças durante os dois dias e três noites que durou a viagem até São Paulo, onde desembarcaram no Terminal Rodoviário do Tietê. De chegada, moraram no cortiço onde Antônio morava desde que havia chegado em São Paulo e onde também morava um dos irmãos de Aparecida. Mas ficaram nesse cortiço por pouco tempo, pois Antônio e o irmão de Aparecida se desentenderam e Antônio resolveu se mudar com a família para outro cortiço, na mesma região, em uma rua paralela, a alameda Nothmann¹⁰.

⁸ Bairro nobre situado na zona oeste do município de São Paulo, pertencente ao distrito de Pinheiros.

⁹ Parque de diversão temático com os personagens criados pelo cartunista Maurício de Sousa. O primeiro parque idealizado pelo cartunista foi inaugurado em 10 de janeiro de 1993, no Shopping Eldorado Paulistano, localizado no bairro de Pinheiros, tendo funcionado nesse endereço até fevereiro de 2010. Para mais informações sobre Parque da Mônica: <http://parquedamonica.com.br/>. Acesso em junho 2019.

¹⁰ Localizada no bairro Campos Elísios, pertencente ao distrito de Santa Cecília, na região central da capital paulista.



Segundo Kowarick e Ant (1994), os cortiços passaram a compor a forma de habitação proletária, a partir da mão de obra livre, tardiamente - no final do século XIX -, em decorrência da nova relação de exploração na qual o proletariado, mal remunerado, no iniciante processo de industrialização das últimas décadas do século XIX, precisava arcar com os meios de vida para sobreviver; assim, o cortiço foi sendo caracterizado como a forma de habitabilidade - da classe proletária - mais antiga da capital paulista. O cortiço vai constituir, até os anos 1950, quantitativamente, a forma predominante de alojamento para a classe trabalhadora. Os autores definem cortiço como habitação coletiva situada em lote de terreno onde grande quantidade de pessoas de sexos e idades diferentes coabitam involuntariamente, a partir de aluguel de cômodos de dimensões mínimas, dividindo áreas de usos comuns como banheiros e tanques (KOWARICK e ANT, 1994). Essa forma de moradia, ainda segundo os autores, é caracterizada por péssimas condições de habitabilidade em seus aspectos físicos, de higiene e salubridade.

Quando comparado às demais formas de aluguel em uma mesma região, o cortiço é considerado a forma mais cara e onerosa de morar - pelo preço do metro quadrado pago como aluguel somado às características descritas acima. “Segue sendo o aluguel mais caro por metro quadrado, espoliando a população e garantindo alta rentabilidade aos proprietários dos imóveis” (TONE, 2015, p. 50).

No primeiro cortiço, Aparecida e a família ficaram poucos dias e ela não se ateve a detalhes ao falar sobre esse período. Já o segundo cortiço em que moraram era composto de dez quartos em um mesmo lote, todos com o mesmo acesso. Internamente, metade dos quartos eram acessados pelo nível da rua, a outra metade estava no nível abaixo da rua. O cortiço possuía instalações hidráulicas em cada nível, cada um dos níveis tinha um chuveiro, um aparelho sanitário, uma pia para higiene pessoal e um tanque destinado à lavagem de roupas, que também servia ao preparo de alimentos. Aparecida e a família moravam em um quarto no nível abaixo da rua. As condições eram bastante precárias, tanto em relação ao espaço compartilhado quanto ao privado; neste, com destaque para as questões de salubridade e conforto térmico, pois era bastante úmido e sofria inundações em dias chuvosos. Não se tratava de um antigo casarão, mas de uma construção mais recente, feita para ser um cortiço.

Tinha cinco quartos que era no nível da rua e cinco quartos embaixo, que tinha que descer a escada para ir, tipo um porão, eu morava embaixo. E lá era um banheiro só para todo mundo, uma lavanderia só para todo mundo, era coletivo lá. Mas quando chovia enchia a parte de baixo. A água chegava na cintura. Como você vê que rato e barata andam soltos aí pela rua, então eu segurava uma filha e meu marido segurava a outra para cima, para não ter contato com aquela água,

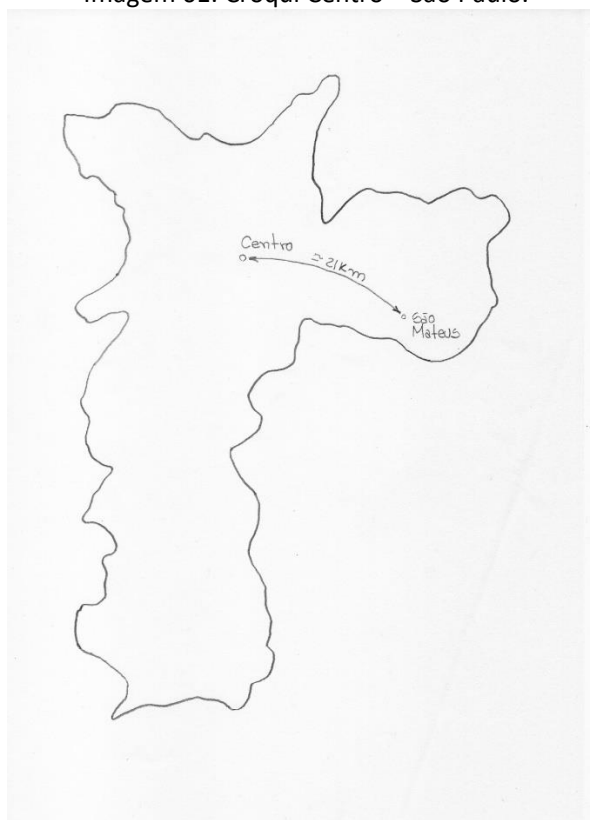


e os ratos passando assim, ao redor da gente, até a água secar (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Aparecida narra essa situação com bastante tranquilidade, seu semblante sempre risonho nunca tem um tom de revolta. Estou sentada à sua frente escutando tudo isso e imaginando essa cena de adultos segurando crianças no alto enquanto os ratos estão ao seu redor. Tento manter um semblante não abalado e emendo com: além disso, com as chuvas vocês perdiam tudo? “Perdia tudo. Chegou uma época de a gente ter só um colchãozinho para dormir e um fogão” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Saíram do cortiço nove meses depois que Aparecida e as filhas haviam chegado em São Paulo. Durante nossas conversas, ela destaca que se mudaram porque, além das precariedades do cortiço e da inundação que sofria em períodos de chuva - que acarretava a presença de ratos e insetos dentro do quarto -, o aluguel era caro; assim, mudaram-se para um bairro mais distante do centro e do local de trabalho de Antônio, o bairro de São Mateus¹¹, zona leste da capital paulista, na busca de aluguel mais barato e melhores condições de habitabilidade.

Imagem 01: Croqui Centro – São Paulo.



Elaboração: Danilo Eric (2020).

¹¹ São Mateus é um distrito localizado na zona leste do município de São Paulo, distante aproximadamente 20 quilômetros da região central.

A casa também não era uma casa individual, mas duas casas em um mesmo lote, com o mesmo acesso. Ao entrar no terreno, a primeira casa, com dois cômodos, era a casa de Aparecida e de sua família; na casa dos fundos, também de dois cômodos, morava outra família. Assim como no cortiço, essa casa tinha o banheiro compartilhado, mas, nesse caso, apenas com a outra família moradora. A casa de Aparecida, assim como a outra casa existente no mesmo terreno, possuía cozinha própria; um cômodo era a cozinha e o outro o quarto. Aparecida comprou um tanque de lavar roupas que instalou na própria cozinha.

Logo que se mudou para a casa em São Mateus, Aparecida descobriu que estava grávida novamente; “[...] quando eu saí daqui do centro eu estava grávida e não sabia, descobri quando eu cheguei lá que eu comecei a ter enjoo e aí eu fui ao médico e o médico falou que eu estava grávida, que é o meu caçula, já tem 24 anos” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Morando em uma cidade desconhecida e em um bairro distante da dinâmica da região central - à qual ela estava inserida logo de sua chegada -, com duas filhas pequenas e à espera de um terceiro filho, Aparecida não voltou a trabalhar fora de casa: passava o dia inteiro em casa cuidando dos filhos e das funções domésticas. Antônio, por sua vez, continuou trabalhando no Parque e fez um curso de segurança privada. Quando terminou o curso, saiu do Parque e passou a trabalhar como segurança privado, alternando escala diurna e noturna, para uma empresa no centro de São Paulo.

A privatização da segurança é um fenômeno mundial que tem ápice no Brasil também na década de 1990; a expansão desse mercado “[...] está fortemente relacionada às mudanças na economia e na reorganização dos espaços públicos e privados destinados à prestação de serviços, consumo ou moradia” (CUBAS, 2017, p. 176).

É em uma das noites em que Antônio está trabalhando fora de casa, poucos meses após o nascimento do terceiro e último filho do casal, que Aparecida, após ter passado o dia realizando atividades domésticas e de cuidado, vai com sua vizinha a uma reunião de um movimento de moradia, como será visto adiante.

3. APARECIDA SOBE E DESCE ESCADA DE MUTIRÃO E OCUPAÇÃO

Meses depois do nascimento de seu filho mais novo, Lizete, a vizinha que morava na casa dos fundos, falou para Aparecida sobre a existência de um movimento de moradia próximo de onde elas moravam. Esse foi o primeiro contato de Aparecida com o movimento de moradia, até então completamente desconhecido por ela.



A minha vizinha que morava comigo falou assim: Aparecida, tem um movimento aí que a gente consegue as casas, moradia. Aí eu falei: é? Aí ela falou: é, vamos. Aí eu conversei com meu marido e ele disse: não, imagina que o governo dá nada para ninguém. Aí eu disse: não, homem, mas não é o governo que vai dar, a gente vai lutar e vai pagar. Aí ele: não, não vai, isso aí é conversa fiada. Aí eu nunca fui mulher de seguir a orientação de homem e fui. Aí era um grupo de base¹², que até hoje a gente tem esses grupos (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Foi Aparecida que se inseriu no movimento de moradia, a decisão foi tomada a despeito da vontade de seu marido que de imediato nega a inserção afirmando que “o governo não dá nada para ninguém”. Na fala dele mostra-se uma total descrença política bem como um certo controle, ou tentativa de controle, das decisões da mulher. Aparecida faz questão de frisar que nunca foi de seguir orientação de homem. No caso, orientação ou imposição do marido, de forma a questionar e/ou retirar a autoridade masculina tradicionalmente atribuída, na nossa sociedade patriarcal, ao homem provedor da mediação com o mundo externo, mantenedor da mulher como dona de casa.

A história do movimento de moradia em São Paulo, com destaque aqui para a história da União dos Movimentos de Moradia (UMM)¹³, articula diversos movimentos de moradia, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1 (MST – Leste 1)¹⁴, onde Aparecida começa sua luta

¹² Aparecida usa o termo “grupo de base”, pois é assim que são nomeados os grupos de pessoas que iniciam a luta no movimento hoje coordenado por ela. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1 que, como será visto adiante, foi onde Aparecida iniciou sua luta e sua trajetória no movimento de moradia – entendendo aqui movimento de moradia de forma ampla -, nomeia de “grupos de origem”. Dessa forma, quando estiver me referindo ao MST – Leste 1 e que não seja informação verbal de Aparecida, usarei o termo “grupos de origem”.

¹³ De acordo com seu site, a UMM “foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. É uma articulação de movimentos que atua na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos. Sua atuação iniciou-se pela capital e Região Metropolitana e hoje atinge a outras regiões do estado. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. [...] Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas, a UMM organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. [...] A UMM tem sido fundamental para a articulação da União Nacional por Moradia Popular, dando apoio logístico e construindo uma articulação que hoje atinge 20 estados brasileiros. [...]”. Disponível em: <http://sp.unmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019.

¹⁴ De acordo com seu site, o MST – Leste 1 “[...] é um movimento criado em 1987 com o objetivo de garantir o direito à terra e moradia às famílias de baixa renda de parte da Zona Leste de São Paulo e municípios da Zona Leste Metropolitana a partir de lutas intensas na década de 80 nessa região. [...] A Leste 1 é formada por 32 grupos de origem, nos diferentes bairros e municípios, que são a porta de entrada para as famílias que desejam participar da luta. [...] Formam também a entidade, os diversos mutirões e conjuntos já conquistados nesses 25 anos. [...] O movimento entende a moradia como um direito humano e que, nesse sentido, deve ser objeto de políticas públicas com gestão democrática. [...]”. Disponível em: <http://www.mstleste1.org.br/sobre/>. Acesso em 04 jul. 2019.

por moradia, como será visto mais à frente. A trajetória do movimento é permeada por histórias de presença majoritariamente feminina, tanto na participação, quanto na direção.

Aparecida começa, em 1994, juntamente com Lizete, sua vizinha, a frequentar as reuniões de um grupo de origem¹⁵ do MST – Leste 1, filiado à UMM e à Central dos Movimentos Populares (CMP)¹⁶. Apesar de já ser a primeira metade dos anos de 1990, década caracterizada pela ruptura neoliberal que inaugura um novo tempo social, os movimentos de moradia em São Paulo, aqui em destaque o MST – Leste 1, que nasce junto com a UMM, vêm de recentes conquistas¹⁷ no que se refere à produção de moradia autogestionária, principal pauta do MST – Leste 1.

Em 1994, o prefeito de São Paulo era, pela segunda vez, Paulo Maluf (1993 – 1996), eleito então pelo conservador Partido Progressista (PP). Sua gestão se caracterizava por valores antagônicos à gestão anterior, de Luiza Erundina, então eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cuja gestão assumiu o compromisso de resgatar a dívida pública com os setores populares. Segundo Cavalcanti (2006), logo em seu primeiro ano de governo, o prefeito paralisou o repasse das verbas às obras dos mutirões autogestionários, iniciados na gestão anterior. Contudo, no fim de 1995, pouco depois que Aparecida iniciou sua luta em um grupo de origem do MST – Leste 1, ainda segundo Cavalcanti (2006), a UMM fez valer sua força política para o enfrentamento do executivo e, ainda na gestão Maluf, as obras foram retomadas e a situação legalizada, após anos de obras paralisadas, acarretando desperdício de dinheiro público e desgaste das famílias mutirantes e do movimento.

¹⁵ De acordo com Aquino (2015, p. 77): “A partir do momento que alguém entra no grupo de origem, ele se filia, passa a pagar uma mensalidade e é cadastrado como uma *família* a partir de uma declaração de renda e do número de integrantes de sua família e está sujeito ao critério de pontuação para obter o atendimento. Esses grupos costumam ser territorializados, localizados em bairros específicos e nomeados pelo bairro ou pelo local onde se encontram (em geral igrejas católicas), e próximos às residências das famílias integrantes (ainda que existam *famílias* que participem em grupos distantes de seus locais de moradia)”.

¹⁶ Segundo seu site, a CMP é “[...] uma entidade que congrega diversos movimentos populares [...]. Fruto de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais dos anos de 1980. Foi fundada no I Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado de 28 a 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte – MG. [...] O compromisso da CMP é fortalecer a luta específica de cada movimento filiado e, ao mesmo tempo desenvolver lutas comuns aos movimentos populares, sendo seu principal eixo de atuação a luta e a defesa das Políticas Públicas com Participação Popular, como forma de disputar hegemonia na sociedade e acumular força na construção do socialismo. [...]”. Disponível em: <https://cmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019.

¹⁷ Segundo Aquino (2015, p. 14): “Os empreendimentos e unidades habitacionais obtidos costumam ser nomeados *conquistas*. Esse termo adquire um sentido de finalidade atingida, da consequência de um longo e árduo processo de *lutas* em várias frentes e com conflitos e negociações, composições e oposições entre diferentes agentes e coletividades. Cada *conquista* costuma ser definida pelo número de unidades habitacionais ou de *famílias* atendidas, tornando os dois termos sinônimos. [...]”.

Na conjuntura posta, Aparecida relata sua entrada no movimento a partir de um grupo de origem do MST – Leste 1, onde ficou pouco tempo devido as reuniões serem semanais e ela não ter com quem deixar os filhos, deixando-os, nessas ocasiões, aos cuidados da filha mais velha de Lizete.

Eu comecei a ir, mas como em São Mateus a gente não sabia onde era o grupo, eu fui para o Rodolfo Piranha, o São Francisco, onde a Erundina fez aquelas casas. Aí o grupo de base era lá, coordenado por dona Josefa, na igreja. Só que lá era toda semana, toda sexta. Só que os meninos, eu não gostava de deixar meus filhos com ninguém, eu nunca gostei de deixar com ninguém, porque o pai trabalhava à noite, porque nisso o pai deles já era segurança. Aí eu ia para as reuniões e pensava: mas como que eu vou deixar essas crianças aqui sozinhas? E eu ficava preocupada com quem deixar as crianças, porque no início eu deixava com a menina mais velha dessa minha amiga que nós íamos juntas, mas a menina tinha 12 anos. Aí eu falei: eu não vou mais, Lizete. Não vou deixar meus meninos toda sexta. E demorava para ir, pegar o ônibus e voltar, o ônibus demorava. Apesar de ser perto, o ônibus demorava a chegar no terminal que é o terminal São Mateus e eu chegava muito tarde (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Ao anunciar para a vizinha que não iria mais ao grupo por não se sentir segura em deixar os filhos, Lizete sugeriu uma conversa com a coordenadora do grupo de origem para expor sua situação. É quando dona Josefa, a coordenadora do grupo, informa que, mais próximo à casa de Aparecida e de Lizete, há outro grupo de origem que se reúne quinzenalmente na igreja do Sagrado Coração de Jesus. Aparecida, então, entra no grupo de origem Sagrado Coração e de imediato é informada do impacto causado pela mudança de gestão na prefeitura de São Paulo.

Logo na sua entrada, Vilmar, o coordenador do grupo, sugeriu que os participantes tirassem uma comissão de coordenação, prática de organização do MST – Leste 1. Aparecida relata que havia acabado de entrar no grupo, estava por volta da terceira reunião, e foi indicada para compor essa comissão. “[...] Eu pensei: mas meu Deus, como é que o povo coloca meu nome se eu só estou na terceira reunião, não sei de nada. Aí as meninas falaram: tudo bem, a gente aprende. Então já entrei como coordenadora do grupo” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Inserida então no movimento de moradia e rapidamente compondo sua coordenação, Aparecida vai se construindo politicamente e organizando a luta no movimento. Ela narra:

Eu queria minha moradia, né? Então eu pensei: tem que fazer luta. Veio eu e mais duas pessoas [para a comissão de coordenação], que foi a Liana e a Neide. A Liana entrou comigo e a Neide já estava. Aí eu falei: então vocês duas vêm comigo? Nós vamos juntas. Tinha acho que umas dez pessoas nesse grupo. A gente tem que fazer luta, senão não consegue a moradia. [...] Então o que que eu fazia? Ia de casa em casa com as duas meninas, chamava o pessoal para fazer

luta, os que já tinha desistido, chamava para voltar. Nisso vieram quarenta pessoas novas e o grupo aumentou (APARECIDA, informação verbal, 2019).

O aumento do número de participantes no grupo de origem que nesse momento Aparecida coordenava foi muito importante para a realização de determinadas formas de ação direta, como participar dos atos no centro, chamados pelo MST – Leste 1.

Ao entrara no movimento de moradia Aparecida estava na luta do que veio a ser a construção em regime de mutirão por autogestão do conjunto habitacional Primeiro de Maio, na Fazenda da Juta¹⁸, onde mora até os dias atuais. Aparecida relata esse período de luta:

[...] teve a assembleia que o Mário Covas [então governador do estado de São Paulo] foi lá para falar que a terra agora era do movimento, que foi no dia 1º de maio. [...] Aí lá ele falou: a partir de hoje a terra ali em cima – que é a fazendinha – passa a ser para as unidades habitacionais da Leste 1, 160 unidades. E aí a gente comemorou, fizemos uma festa, aí a gente subiu e já foi ficando na terra, um barro vermelho (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Assim, no dia primeiro de maio de 1997, o grupo de origem Sagrado Coração, coordenado por Aparecida, tem sua primeira conquista, a terra. “[...] A gente começou a guardar a terra, a terra era nossa, então agora vamos guardar a terra. Dividimos em grupos para vigiar a terra” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Começam, então, a fazer a vigília da terra, atividade onde as famílias, futuras moradoras das casas que serão construídas nesse terreno, fazem uma escala de revezamento para que todo dia e noite tenha pelo menos duas pessoas, cada uma das duas pessoas representando uma família, guardando o terreno, para que esse, onde ainda não há nenhuma construção, não seja ocupado.

O terreno doado para a Associação Portal da Juta Primeiro de Maio, destinado ao mutirão Primeiro de Maio, pertencia à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo (CDHU) e o projeto foi realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura¹⁹, que também ficou como responsável técnica pela obra. Para a contratação do projeto, anterior à doação do terreno, houve uma contrapartida, contribuição feita pelas famílias cujo valor é fixo e dividido em parcelas ao longo dos meses. A contrapartida é uma prática comum de alguns movimentos de moradia, sempre aprovada pelas famílias em assembleia, e é destinada “[...] para os gastos necessários à opção de compra do terreno, contratação da assessoria técnica e os outros gastos necessários à constituição

¹⁸ Fazenda da Juta é um bairro pertencente ao distrito de Sapopemba, localizado na zona leste do município de São Paulo, distante aproximadamente 20 quilômetros da região central.

¹⁹ Para mais informações sobre a assessoria técnica Ambiente Arquitetura, acessar: <http://ambientearquitectura.com/>. Acesso em 12 jul. 2019.

da *demanda*, antes que o projeto e o aporte de recursos [...] [sejam] aprovados” (AQUINO, 2015, p. 169). Entre o fim de 1998 e o começo de 1999 a obra foi iniciada e Aparecida passa a se dedicar completamente ao mutirão.

A gente iniciou em 1998 em autogestão. As famílias iam para ajudar a construir sábados e domingos, era como se fosse uma empresa. A gente não podia faltar, se faltar a gente tinha que mandar alguém ir no nosso lugar, porque três faltas consecutivas, alternadas até podia, mas consecutivas acarretava a perda do apartamento. Então a gente quase não tinha vida social, não tinha nada durante um ano e pouco. Estava lá todo sábado e domingo. Tanto que lá eu sei onde passam os fios, sei onde passam os canos. Eu ajudei a construir, bati laje. Todo mundo (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A prática da tradição do mutirão realizada por determinados movimentos de moradia em São Paulo, nesse caso específico o MST – Leste 1, é de contratação de mão de obra especializada para a construção durante a semana e realização de obra, menos especializada, por mutirante no fim de semana. Além disso, o controle do recurso e a administração da obra são realizados pelos próprios mutirantes que tiram uma comissão responsável pela obra e definem funções específicas para as pessoas dessa comissão. Pessoas que assumem cargos de maior especificidade e que exigem presença constante, tal como compras, por exemplo, são contratadas formalmente pela associação de moradores, que é a responsável pela gestão da obra.

Aparecida destaca ainda que a proposta inicial de 160 unidades, igual ao número de famílias que constituía a demanda, não foi possível. Segundo ela, “não coube”, ficando apenas 120 unidades habitacionais no mutirão Primeiro de Maio. As outras 40 famílias continuaram a luta e conseguiram conquistar as casas próximas ao Primeiro de Maio. “Lá em cima ficaram 120, onde eu moro, e 40 desceram, que é o que hoje chama de os 40 da vitória” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

No início do ano 2000, de acordo com Aparecida, a obra do Primeiro de Maio já estava por volta dos 95% concluída, mas faltavam as instalações elétrica e hidráulica e havia sido paralisada. Nesse momento, sua família já estava com dificuldade de pagar o aluguel da casa em São Mateus, onde moravam até então, e que havia passado por um reajuste do valor do aluguel. Segundo Aparecida (informação verbal, 2019), “o apartamento naquela época era entregue cru, só com a parte de tijolo”, o que levava as famílias a terem gastos com compras de revestimentos e instalações hidráulicas e sanitárias.

Com a obra quase finalizada, porém parada, Aparecida e a família se mudaram para o apartamento do mutirão Primeiro de Maio em agosto de 2000. Não apenas a família de Aparecida mudou para o prédio inacabado, como também outras quatro famílias: “[...] eu calculo que a gente

começou em 5 famílias e depois foram mais 5 e depois mais 5, ficaram 15 famílias no primeiro momento” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Logo após a mudança, em assembleia com todas as famílias, tanto as que mudaram junto com a família de Aparecida quanto as que naquele momento ainda não haviam mudado, Aparecida foi indicada para ser síndica do prédio.

A mudança das famílias para o prédio inacabado, além de contornar a dificuldade que as mesmas estavam enfrentando em pagar o aluguel, também se deu para, assim como na época em que o terreno foi doado, guardar o prédio e não deixá-lo vazio para que o mesmo não fosse ocupado. O prédio ainda não possuía as instalações elétrica e hidráulica e as famílias que mudaram para lá viveram um ano sem energia e sem água e esgoto em casa. As atividades domésticas de lavagem eram feitas no barracão do então canteiro de obras e, também, era de lá que as famílias pegavam água para levar para os apartamentos para cozinhar e limpar a casa.

Como a rede elétrica também não estava instalada, nesse primeiro momento da mudança, as famílias fizeram uma ligação do canteiro de obras para os apartamentos onde estavam morando. “A gente usava a energia da construção, aquela energia que ficava lá no canteiro de obra. Mas tinha conta, mas era conta do canteiro de obra” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Com a construção já quase toda concluída, com a falta de recursos para as instalações elétrica e hidráulica, e também devido a dificuldades nas negociações envolvendo a associação de moradores e as concessionárias de energia e de água e esgoto, as famílias decidiram se organizar e se cotizar para comprar os fios e os canos, necessários para a elétrica e a hidráulica, e, em mutirão, executar as instalações.

Vale trazer aqui a ótica da produção do espaço na periferia de São Paulo a partir da autoconstrução, cujo marco é a década de 1960. Discutida pela literatura clássica, essa lógica mostra que, frente à ausência do poder público, responsável por prover a infraestrutura necessária, a autoconstrução, por vezes, extrapolava a confecção da casa própria, se estendendo para a produção do espaço urbano, implementando as condições gerais a serem consumidas coletivamente.

A autoconstrução não se limita à construção da casa. Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de igrejas, escolas primárias, creches, sede de sociedades amigos de bairros, centros comunitários. É freqüente [sic] observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamentos, moradores se organizarem para melhorar as ruas, caminhos de acesso, pontes, limpeza de córregos, etc (MARICATO, 1982, p. 79).

No mutirão Primeiro de Maio, como os apartamentos eram entregues, nas palavras de Aparecida, “crus”, cabia às famílias a adequação física de suas casas. Somou-se a isso as instalações elétrica e hidráulica de todo o prédio, também entregues inacabadas. Como os moradores estavam

utilizando energia ligada ao canteiro de obra, começaram o processo de instalação inacabada pela hidráulica.

[...] ia fazer um ano que as primeiras famílias tinham mudado, aí nós decidimos então nós mesmos fazermos o esgoto. Nós fizemos o esgoto e o esgoto não foi no padrão, na época a gente achava que estava no padrão certo. Depois a CDHU falou que não estava no padrão certo. Mas nunca foram lá e nós fizemos e falamos que ia ficar naquele padrão ali. E a gente começou a utilizar em 2001. A gente mudou em 2000 e em 2001 a gente começou a usar as coisas dentro do apartamento, referente a esgoto e tal (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Fizeram, por conta própria e em regime de mutirão, a instalação hidráulica, fora dos padrões exigidos, mas, não tendo apoio da CDHU e da concessionária responsável, permaneceu fora dos padrões, sendo assim até hoje. Posterior à execução da instalação hidráulica, mais famílias mudaram para o conjunto. No entanto, como a instalação elétrica ainda era improvisada, muitas famílias ainda não conseguiram mudar e pressionaram Aparecida, enquanto síndica, para que encontrassem uma solução. Novamente a solução encontrada coletivamente em assembleia foi a de se cotizarem para comprar o material necessário para finalizar a instalação elétrica e executar em regime de mutirão.

Material de instalação elétrica tem um alto custo e as famílias já haviam se cotizado para fazer a instalação hidráulica. Somou-se a isso o fato de as famílias que ainda não haviam se mudado ainda estarem pagando aluguel em outra casa. Decidiram, portanto, ir comprando o material aos poucos, estocando e, quando tivessem o necessário, começariam a executar a instalação. Essa decisão gerou uma série de problemas relatados por Aparecida:

[...] Tinha que fazer um poste que colocasse dentro do conjunto e uma caixa de concreto para colocar os fios dentro para normalizar. E a gente foi comprando e colocando dentro de um quarto toda essa fiação, muita fiação, fio muito grosso. Então a gente começou a ser roubado. Aí decidimos novamente fazer aquela luta de vigília dia e noite, revezava as famílias que não estavam morando ainda com as que estavam morando para vigiar até fazer a instalação. E aí a gente foi ameaçado, chegaram a colocar arma na nossa cara, mas fomos fortes, só vai levar se matar. Porque a gente sabia que se levasse ia ser outra burocracia, mais tempo para poder acabar. E todo mundo estava doido para mudar, os apartamentos tudo pronto. Sei que deu uma confusão e me ameaçaram de morte, porque eu era síndica, eu peitava mesmo e aí até que acabou, eles acalmaram [...] Então a gente começou a ir na Eletropaulo, a correr porque nós estávamos correndo risco. Aí eles vieram, ligaram a energia, normalizaram a energia em 2001 também. Já tinha feito o esgoto, normalizaram a energia e aí começou a entrar todo mundo, todo mundo a vir morar no prédio (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Interessante perceber a importância e recorrência à vigília enquanto prática de assegurar as conquistas. Nos relatos de Aparecida, a vigília aparece durante todo o processo do Mutirão Primeiro de Maio: primeiro para guardar o terreno antes do início da obra, depois para guardar o prédio quando o mesmo estava aparentemente concluído porém inconcluso, a mudança de mais famílias para garantir que o prédio não fosse ocupado e, por fim, a vigília para guardar os materiais para concluir o processo de construção, possibilitando a mudança definitiva de todas as famílias.

Quando a demanda do grupo Sagrado Coração, coordenado por Aparecida, foi atendida no mutirão Primeiro de Maio, Aparecida passou a se dedicar ao acompanhamento das fases do projeto e passou a compor, juntamente com outras pessoas, a comissão de organização do mutirão. Após a mudança para o conjunto e de ter se tornado síndica, esteve sempre muito envolvida nas questões referentes ao Primeiro de Maio. Em 2003, com todas as famílias já morando no Primeiro de Maio e tendo as próprias famílias finalizado a obra, Aparecida voltou a fazer parte do grupo de origem do MST – Leste 1, mas não voltou para o Sagrado Coração: “[...] eu abri um novo grupo juntamente com a Meire, chama Força Habitacional I, na época era só Força Habitacional” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Ela relata que, nesse momento, os filhos dos mutirantes do Primeiro de Maio estavam casando e queriam fazer luta para conseguir acessar a moradia. Nesse contexto, ela formou o grupo de origem, ligado ao MST – Leste 1, e passaram a se reunir em um terreno próximo ao Primeiro de Maio.

Foi também através do movimento de moradia que Aparecida retornou ao trabalho fora de casa. Com a inserção no movimento, Aparecida participou de cursos de formação para educadora na gestão da então prefeita de São Paulo, também eleita pelo PT, Marta Suplicy (2001 – 2004)²⁰. Nessa gestão surgiram uma série de projetos e programas que ligaram educação e programas sociais, a partir de diferentes vínculos, como com a UNICEF²¹ e com a PUC-SP²², instituições ligadas aos projetos que formaram Aparecida como educadora e nos quais ela veio a trabalhar posteriormente.

Cabe observar que Aparecida passa aproximadamente 15 anos se dedicando às atividades da casa e ao movimento de moradia, como coordenadora de grupo de origem e, posteriormente, compondo a comissão de projeto e obra do mutirão Primeiro de Maio, vindo a ser síndica quando ela

²⁰ Para uma análise sobre a relação da União dos Movimentos de Moradia (UMM), entidade a qual o Movimento Sem Terra – Leste 1 faz parte, e a gestão de Marta Suplicy à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo, ver Blikstad (2012) e Cavalcanti (2006).

²¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês: United Nations Children’s Fund – UNICEF). Para mais informações acessar: <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 14 jul. 2019.

²² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Para mais informações: <https://matrc01.pucsp.br/paginainicial/>. Acesso em 14 jul. 2019.

e sua família se mudaram para o prédio. Quando retorna ao mundo do trabalho, com contrato em um programa socioeducacional da prefeitura de São Paulo, Aparecida destaca que só foi possível voltar a trabalhar fora de casa porque os filhos já estavam crescidos, a mais velha por volta dos 15 anos e o mais novo por volta dos 10 anos, e porque o trabalho não ocupava as oito horas tradicionais do mundo formal do trabalho, o que possibilitava a ela o cuidado com os filhos e com a casa. Em suas narrativas, nunca aparecem a divisão com o marido dos cuidados com os filhos, bem como do trabalho doméstico, sendo esse um trabalho tradicionalmente destinado às mulheres, trazendo à tona que o emprego remunerado fora de casa não rompe a estrutura privada e o papel da mulher dentro da casa, já que mantém a estrutura da família (SARTI, 1994).

Aparecida acumulava várias funções, das atividades de casa aos cuidados com os filhos, e continuava ativa no movimento MST – Leste 1. Mesmo já tendo conseguido sua casa, não se desvinculou do movimento e voltou a trabalhar fora de casa. Segundo Aquino (2015), a desvinculação do movimento é uma prática que acontece com frequência após a família receber a casa. Aparecida trabalhou nesse projeto entre 2004, último ano da gestão Marta Suplicy que não foi reeleita, e 2005, primeiro ano da gestão de José Serra (2005 – 2006), eleito pelo PSDB, que extinguiu o projeto logo no seu primeiro ano de gestão. Foi também em 2005 que Aparecida, até então coordenadora do grupo de origem Força Habitacional, se desvinculou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1, segundo ela porque

[...] a Leste 1 começou uma política que, para mim, talvez, eu já tinha minha casa, poderia até ficar sossegada com isso, que é aquela política só de negociação, não fazer luta direta, tudo mais. Uma nova metodologia, porque o pessoal começou a ir para o governo, ter cargos [...] (APARECIDA, informação verbal, 2019)

Cavalcanti (2006), analisa ainda que, nesse momento, essa opção da UMM de fazer a luta por dentro da instituição é feita porque a UMM vinha sofrendo um desgaste político, que acarretou no seu enfraquecimento, desde o fim da primeira gestão do PT com a então prefeita Luiza Erundina.

Cabe destacar que é importante evitar posições dicotômicas ou generalistas que reduzam o movimento a esta prática. Esta prática está compreendida aqui como opção estratégica feita pelo movimento frente à atuação possível em um momento onde a correlação de forças não estava favorável.

Quando ainda estava no MST – Leste 1, mas já insatisfeita com a opção de luta feita pelo movimento, Aparecida foi procurada, por um antigo membro do movimento e que, naquele momento, estava querendo fundar outro movimento de moradia, que veio a ser o Movimento Sem Teto pela

Reforma Urbana (MSTRU), fundado em 2005, ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM)²³, fundada no ano anterior. Nesse momento, se inicia uma conversa de aproximação da proposta do novo movimento, o MSTRU. Aparecida, juntamente com Meire, com quem havia fundado o grupo de origem Força Habitacional, que também estava insatisfeita com a opção feita pelo movimento onde estavam, se reaproximam de Otávio, que fez o convite para que as duas participassem do MSTRU e, no mesmo ano, as duas saíram do MST – Leste 1, deixando com o movimento o grupo de origem fundado por elas.

As duas iniciaram sua atuação do MSTRU fundando o grupo de base Força Habitacional II, coordenado por Meire, com reuniões em uma escola, e o grupo Guadalupe, coordenado por Aparecida, com reuniões na igreja Nossa Senhora de Guadalupe, ambos na Fazenda da Juta. Ainda em 2005, Aparecida começou a trabalhar em um projeto da ONG Apoio²⁴, ligada à FLM, com crianças e adolescentes em situação de rua. Mesmo trabalhando e com outras funções acumuladas, Aparecida passou a ser coordenadora geral do movimento.

Apesar de ser um movimento que nasceu com grupos de base na zona leste da capital paulista e de a FLM ser uma frente que congrega muitos dos movimentos de moradia do centro da cidade, o MSTRU já nasceu vinculado à FLM. Aparecida destaca que, nesse momento, a FLM também estava se formando e que ainda eram poucos os movimentos que faziam luta no centro. Ela destaca o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), fundado em 2001, precedente à fundação da FLM, anteriormente filiado à UMM e um dos fundadores da FLM.

A fundação da Frente de Luta por Moradia (FLM) ocorre em 2004, como fruto de uma dissidência da UMM, constituindo uma nova entidade ‘guarda-chuva’, na qual se agregaram um conjunto de movimentos de moradia com atuação na área central de São Paulo e também alguns de áreas mais periféricas (PEREIRA, 2017, p. 30).

A FLM, tem como premissa, tanto realizar ocupação provisória como permanente e tem, no discurso da luta, que as ocupações sejam permanentes, que as famílias morem nos imóveis ocupados

²³ Fundada em 2004, a FLM é uma entidade que agrega um conjunto de movimentos de moradia com atuação principalmente na área central de São Paulo, mas também em algumas regiões mais periféricas e tem como uma de suas principais pautas a reforma urbana. É filiada à Central dos Movimentos Populares (CMP) e participa da articulação do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Uma análise da fundação e história da Frente de Luta por Moradia foi realizada por: Aquino (2008); Barbosa (2014); Neouhold (2009); Paterniani (2013); e Pereira (2017).

²⁴ Fundada em 1992, a ONG Apoio – Associação de Auxílio Mútuo - trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade, como a população em situação de rua. A ONG trabalha em parceria tanto com a prefeitura de São Paulo, quanto com outras entidades e fornece assessoria jurídica à Frente de Luta por Moradia. Para mais informações acessar: <https://www.apoio-sp.org.br/>. Acesso em 15 jul. 2019.



pelos movimentos. Esses imóveis têm suas condições rapidamente melhoradas a partir do trabalho coletivo logo que ocupados.

Para além da dissidência com a UMM, a fundação da FLM, ainda segundo Pereira (2017), tem um acúmulo histórico das lutas de cortiços no bairro da Mooca²⁵, onde se concentrava grande contingente da população operária da indústria nos anos 1980. Entre as décadas de 1980 e 1990, a questão dos cortiços ganha força e um certo reconhecimento a partir de muita luta que geraram conquistas pioneiras na região do Brás, como as desapropriações e intervenções nos casarões da Madre de Deus e da Celso Garcia. O movimento, até então local, se amplia para outros bairros: “[...] processo que culmina na fundação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991” (PEREIRA, 2017, p. 31).

Ao fundar o MSTRU o movimento ainda era pequeno, tinha aproximadamente cinco grupos de base, segundo Aparecida. É importante compreender que são os grupos de base que dão corpo ao movimento. Então, logo que fundam o movimento, Aparecida monta um grupo de base e Meire outro, “quando entramos eu falei: Meire, tu abre um grupo e eu outro, para crescer, quanto mais grupos no movimento, mais cresce” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Ela destaca que, quando assumiu a coordenação do movimento o MSTRU, chegou a ter vinte e três grupos de base.

[...] quando eu assumi, sentei com os coordenadores, trouxe mais coordenadores [...] e aí a gente chegou a vinte e três grupos de base, em dois anos. E cinco ocupações, na época, três aqui no centro e duas na zona leste. A gente, na época, teve reintegração dessas duas, ficou sem nenhuma na zona leste, aí depois a gente voltou e ficou com uma ocupação na zona leste, que é a ocupação Alto Alegre, que agora a gente ganhou o edital. Aí foi crescendo e o movimento foi se estabilizando, foi tendo caixa, a gente foi tendo uma base para poder se erguer, aí está até hoje. Teve uma queda, foi uns três ou quatro anos atrás, diminuiu bastante, mas a gente já tinha uma base sólida (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Com o passar do tempo e o trabalho realizado dentro do movimento, o MSTRU cresce e se solidifica, se organiza através dos diversos grupos de base e das ocupações realizadas. É nesse contexto que ocupam o prédio do Hotel Columbia Palace, abandonado há quase duas décadas, hoje ocupação São João-588, como será visto adiante.

²⁵ Bairro do centro expandido da capital paulista, pertencente ao distrito homônimo.

4.1. OCUPAÇÃO SÃO JOÃO-588

4.1.1. ESPAÇO E TEMPO DA FORMAÇÃO

A ocupação São João-588 se encontra no coração do centro de São Paulo, distante poucos metros do famoso cruzamento das esquinas Ipiranga com São João, completamente inserida na dinâmica da centralidade da metrópole. Está localizada na República, subprefeitura da Sé e distrito da região central que, juntamente com o distrito da Sé, forma o chamado Centro Histórico da capital paulista. A região onde se encontra a ocupação São João-588 é provida de todas as chamadas infraestruturas, como água encanada, esgotamento sanitário, luz elétrica, iluminação pública, redes de telefone fixo, móvel e internet, além de bem servida de equipamentos públicos como postos de saúde, hospitais, escolas e creches e de estar em uma área com forte integração da rede de transporte público, onde se cruzam ônibus, metrô e trem, sendo o alto valor da tarifa do transporte público²⁶ o único impedimento para seu livre acesso por parte dos moradores da ocupação.

Imagem 02: Localização e fachada da ocupação São João-588.



Fonte: Google Maps e Caio Dias (2020).

²⁶ Em novembro de 2019 a passagem do transporte público custava R\$ 4,30 e o salário mínimo era de R\$ 998,00, ou seja, considerando que o mês tem 20 dias úteis e que são necessárias, no mínimo, duas passagens para se locomover, o transporte consome 17,23% do salário mínimo.

O centro de São Paulo, inserido em um contexto de centralidade de outras metrópoles, passou por um processo chamado de descentralização, também chamado de decadência do centro, compreendida como um reflexo da “[...] desigualdade espacial e [d]a desigualdade de poder político e econômico da população a ele associada” (VILLAÇA, 2012, p. 93). Para o autor, o espaço urbano nas metrópoles brasileiras precisa ser analisado junto à segregação urbana, uma vez que a ignorar é ignorar também

[...] a concentração espacial dos poderes político e econômico. [...] o poder que domina o Estado na distribuição territorial dos equipamentos públicos e que domina também o mercado (especialmente o imobiliário) na espacialização dos investimentos privados (VILLAÇA, 2012, p. 142).

É nesse sentido que se compreende a chamada decadência do centro de São Paulo, desde os anos de 1950 e mais fortemente a partir da década de 1970, quando as elites começaram a abandonar o centro principal enquanto detentor da função de compras, serviços e residências e deslocaram essas funções e, conseqüentemente, a direção de crescimento da cidade para o setor sudoeste, associado aos domínios econômico, ideológico e político dessas camadas sociais (VILLAÇA, 2012). O poder das elites e o deslocamento da direção de crescimento estão associados por ser São Paulo o que Villaça (2012) caracteriza como uma cidade tipicamente capitalista, onde a monumentalidade e a simbologia perdem espaço para a funcionalidade. Para o autor (2012, p 110), “[...] O centro da cidade tipicamente capitalista, na verdade, não exaltará nada. Será dominado pela atividade privada de comércio e serviços, pela propriedade privada da terra urbana e pelo mercado imobiliário. Em resumo, pelo lucro.” Ainda para o autor, na cidade tipicamente capitalista, como a cidade de São Paulo, o Estado se caracteriza por sua ação limitada como promotor direto do espaço urbano, mantendo-se como legislador e, assim, permiti conseqüentemente a dominação do espaço pelas atividades privadas de comércio varejista e de serviços (VILLAÇA, 2012).

Porém, apesar dessa chamada decadência, no imaginário popular, o centro nunca perdeu importância e continua sendo percebido e vivido como sinônimo da própria cidade (TRINDADE, 2014) e atualmente encontra-se em disputa na correlação de forças do mercado imobiliário. Para Kowarick (2009), o centro não significa apenas valor de troca que segue a lógica do lucro, mas é também valor de uso, local de moradia, trabalho e lazer, onde a luta pelo acesso a bens e serviços, a luta pela apropriação dos benefícios urbanos, é constante. A isso pode ser acrescentado, a partir da pauta de diferentes movimentos de moradia e do MSTRU em específico, a luta pelo direito à cidade. Para Villaça (2012), as disputas em torno dos centros das metrópoles brasileiras e suas transformações se articulam

com a luta de classes. Para Petrella (2017, p. 07), trata-se de “uma luta de classes que se realiza na disputa pela produção e distribuição do produto social, da riqueza comum. A <<cidade>>”.

A chamada decadência do centro, que vinha perdendo funções de moradia e de serviços destinados às classes mais abastadas, não se configura assim para as classes populares que, como visto acima, não compreendem o centro como decadente e continuaram se apropriando desta área, já que o mesmo ainda concentra grande número de empregos, formais e informais, além de toda infraestrutura presente e da pulsante vida cultural com diversidade de programação pública e gratuita. Segundo Silva (2011, p. 76) “[...] os tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços que permanecem na região geram mais empregos que os daqueles novos centros”. É frente a esta percepção que se iniciam as ocupações organizadas de prédio na área central de São Paulo, que têm como marco o ano de 1997.

De acordo com a literatura²⁷ sobre o tema de ocupações no centro de São Paulo, o ano de 1997 é considerado um marco na atuação dos movimentos sociais de moradia que levaram a público a luta por moradia na área central da metrópole a partir de ocupações organizadas. Anterior a essa data, ocupações já aconteciam, mas na forma das chamadas ocupações espontâneas, sendo realizadas por famílias em extrema situação de vulnerabilidade, muitas vezes despejadas de cortiços no próprio centro da cidade ou de outras áreas ocupadas e que não tinham para onde ir e, assim, em situação de emergência, ocupavam prédios com objetivo de ter um lugar para se abrigar. Porém, essa forma de ocupação não era realizada de maneira organizada e mantinha no âmbito do privado a questão da falta de moradia.

A novidade das ocupações na área central a partir de 1997 estava no fato de constituírem ações coordenadas, organizadas e contínuas, com uma pauta de reivindicações pré-definidas, e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram ‘discursos’ sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada da cidade (NEUHLÖD, 2000, p. 51).

O ano de 1997 inaugura, então, um caráter articulado de ocupações de imóveis vazios na área central, que tira da esfera do privado o problema da falta de moradia enquanto uma dificuldade individual, levando à esfera pública a questão da existência de tantos imóveis abandonados e subutilizados, politizando, assim, a luta por moradia no centro da capital paulista e dando às ocupações dimensão política.

²⁷ Para mais informações ver, entre outros: Aquino (2008); Blikstad (2012); Miagusco (2008); Neuhold (2009); Paterniani (2013); Trindade (2014).

[...] A ação massiva dos movimentos se concentrou no período 1997-2000 com 30 ocupações de imóveis ociosos na região central, tendo estimulado ou pressionado o poder público e os órgãos financiadores a desenhar novas modalidades de financiamento e de produção habitacional, bem como novos programas que respondessem às exigências da população de baixa renda de morar perto do trabalho (SILVA, 2011, p. 85).

Os movimentos de moradia, em parceria com uma ampla rede de apoiadores, passaram a reivindicar, politicamente, o direito de morar no centro, dotado de infraestrutura, enquanto direito à cidade, e a pressionar por uma política habitacional que contemple a população pobre. Para Murad (2019), trata-se de uma luta histórica, oriunda das lutas dos cortiços, que se estendeu para os edifícios vazios enquanto possibilidade de habitação popular e que colocou na agenda de debates o destino desses edifícios há anos abandonados.

Nesse sentido, o direito à cidade é compreendido para além de usufruir do que está posto, mas também como uma possibilidade de transformação. Para o MSTRU, estar no centro, morar no centro, é uma possibilidade concreta e transformadora de maneira estruturada, tanto por possibilitar um enfrentamento da ordem posta, como por possibilitar o usufruto da centralidade e conquistas pessoais, como estudo, trabalho e lazer, por estar morando no centro e em contato com possibilidades múltiplas.

Ainda que no processo geral de expansão urbana possa se observar uma forte tendência à dispersão e à descentralização, é impossível postular que isso signifique a perda de um 'centro', mesmo que não se possa mais falar, no caso de uma metrópole como São Paulo, em uma única centralidade, de feição tradicional e histórica. Persiste, de toda forma, a importância constitutiva do papel desenvolvido pela centralidade no contexto urbano, porém em novos termos.

[...]

Outra dimensão a ser assimilada é que nas regiões centrais de uma metrópole realiza-se, em maior ou menor grau, a densidade dos contatos face a face que marcam a vida pública moderna, constituída por múltiplas dimensões como o encontro e a sociabilidade, a mediação de distintos conflitos, a tolerância à diversidade sociocultural, as manifestações políticas etc., que ganham nesse espaço a expressão mais acabada (FRÚGOLI JR., 2000, p. 42).

Apesar da descentralização, o centro da cidade de São Paulo ainda concentra empresas, com destaque para o setor terciário, comércios e serviços, portanto empregos. Além de possibilitar uma série de trabalhos informais por sua característica de grande circulação, tais como vendedores ambulantes dos mais variados produtos, catadores de materiais recicláveis, entregadores de panflete

e mais recentemente a uberização do trabalho²⁸ que inclui a variação de entregadores de comida que utilizam bicicleta como instrumento de trabalho, além da força física necessária para pedalar²⁹ e de motoboys que circulam diferentes produtos e documentos³⁰, acionados a partir de aplicativos de celular, sem nenhum vínculo trabalhista formal. Além dessa informalidade, Kowarick (2009, p. 109) vai destacar que “[...] o centro continua sediando grandes empresas da área de telefonia, bem como as atividades jurídicas em torno do Fórum da Sé [...]”. Soma-se a isso, as instituições públicas, equipamentos e atividades culturais, além das manifestações políticas. Segundo Silva (2011), “a área central continua sendo o maior pólo de emprego do município e da região metropolitana” (SILVA, 2011, p. 77).

Muitas das ocupações organizadas a partir de 1997 foram realizadas simultaneamente, ou seja, vários prédios ocupados na mesma madrugada. Os movimentos avaliam que o ato de ocupação simultânea de muitos imóveis publiciza amplamente a pauta dos imóveis ociosos e da quantidade de pessoas sem casa e, assim, o movimento de moradia mostra força de mobilização para pressionar politicamente as autoridades competentes. Para além da ocupação enquanto ação direta, muitos dos movimentos de moradia, com destaque para aqueles formados na década de 1980 na luta pela

²⁸ A uberização [...] refere-se a um novo estágio de exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecida e regulada de trabalho.” ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 04 out. 2019.

²⁹ Os ciclistas entregadores de comidas a partir de aplicativos trabalham em média 12 horas por dia, sem folga, muitas vezes dormindo na rua para emendar um horário de pico no outro sem voltar para casa e recebem R\$ 1,50 por cada refeição entregue e mais um bônus, conhecido como “onda”, que gira em torno de R\$ 10,00. Muitos não possuem bicicleta própria e precisam alugar também através de aplicativos. Para mais informações ver: MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil, São Paulo, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>>. Acesso em 04 out. 2019.

³⁰ Os motoboys que utilizam aplicativos também trabalham em média cerca de 12 horas diárias e ganham cerca de R\$ 4.000,00 mensais. Para mais informações ver: MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil, São Paulo, 22 de maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>>. Acesso em 04 out. 2019. Em pesquisa realizada por Ludmila Abílio foi constatado a jornada de trabalho dos motoboys de 14 horas por dia. ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, 22 fevereiro 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em 04 out. 2019.



redemocratização e os movimentos frutos de suas dissidências, inclusive o MSTRU, participam de canais institucionais, como o Conselho Municipal de Habitação (CMH)³¹, criado na gestão da então prefeita Marta Suplicy (2001-2005), e buscam diálogo constante com o poder público. Importante destacar que o CMH é uma conquista dos movimentos de moradia resultante da pressão política dos mesmos enquanto instância participativa. Já a realização de ocupação representa uma forma que os movimentos têm de mostrar força e articulação e explicitar que, mesmo participando de canais institucionais, não abandonam formas de manifestações exteriores a eles e são capazes de ultrapassá-los. Formas de lutas legítimas aqui compreendidas, em consonância com Trindade (2014), enquanto ações que extrapolam os limites da institucionalidade, sendo completamente compatíveis com a democracia.

É importante destacar que as megaocupações, assim como também ocupações realizadas de um único prédio por um movimento de moradia, nem sempre têm como objetivo manter o prédio ocupado com famílias morando. Muitas vezes o intuito da realização, especialmente da megaocupação, pela repercussão pública que tem, é de chamar a atenção para a pauta do movimento de moradia, então a ocupação é feita e logo depois de noticiada e repercutida é desfeita, durando no máximo três dias.

4.1.2. A FORMAÇÃO DA OCUPAÇÃO E SUA TRAJETÓRIA

A ocupação São João-588 se trata da ocupação de um prédio que originalmente abrigava um dos ícones da hotelaria de luxo de São Paulo, o Hotel Columbia Palace, projetado e construído pelo escritório de Ramos de Azevedo³², na década de 1920. Trata-se de um edifício privado, originalmente de propriedade de Leônidas Garcia da Rosa, composto por térreo e mais seis pavimentos, ocupando quase toda a área do terreno de 666 m² (DEVECCHI, 2010). No edifício há um fosso, para onde são voltadas as aberturas dos quartos originais que não possuem janelas diretamente para a rua,

³¹ Para mais informações acessar: Prefeitura de São Paulo. Conselho Municipal de Habitação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/participacao_social/conselhos_e_organizados/cmh/index.php?p=180546. Acesso em 25 de set. 2019.

³² Considerado o maior escritório de arquitetura, engenharia e construção de São Paulo, também o mais longo, tendo atuado por oitenta anos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, levava o nome do seu fundador, graduado em engenharia e arquitetura pela Universidade de Gante, na Bélgica. As obras assinadas pelo escritório Ramos de Azevedo são consideradas de caráter inovador, tendo como exemplo no município de São Paulo o Teatro Municipal, a Pinacoteca, a Estação Pinacoteca e a Sede dos Correios, esta projetada, construída e inaugurada em apenas dois anos.

exercendo, assim, a função de ventilação e iluminação. Atualmente o térreo é ocupado por uso comercial e não possui abertura para o fosso central, assim como no uso original.

Imagem 03: Plata baixa primeiro pavimento e pavimento tipo e plantas de corte.



Fonte: DEVECCHI (2010).

O hotel encerrou suas atividades nos anos 1990 e anterior ao seu fechamento, já havia perdido sua referência de hotel de luxo, consequência do processo de transferência de atividades desenvolvidas no centro para o setor sudoeste da cidade.

Fechado, abandonado e em constante degradação por quase duas décadas, sem cumprir a função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988, regulamentada pelo Estatuto da Cidade de 2001, o edifício foi ocupado na madrugada do dia 3 para o dia 4 de outubro de 2010 por cerca de 700 pessoas sob coordenação do Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM). A ocupação do edifício São João-588 fez parte de uma ação direta organizada pela FLM que nessa madrugada ocupou quatro imóveis abandonados e ociosos na região central da capital paulista, sendo o edifício do Hotel Columbia Palace um deles³³. As outras três ocupações que aconteceram nessa madrugada foram as ocupações 9 de Julho, Prestes Maia, ambas reocupadas, e Ipiranga.

Um dos principais méritos dos movimentos dos sem-teto foi o reconhecimento prático do crescente patrimônio vago do centro como uma vasta oportunidade urbana, um repositório gigantesco de abrigos (temporários ou não) em potencial no centro da cidade, uma cidade repleta de falta de moradia e privação. Enquanto aguardam novos investimentos, os edifícios vagos poderiam atender às necessidades urbanas urgentes; é precisamente isso que os movimentos de sem-teto definiram a partir do final dos anos 1990 (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)³⁴.

³³ Para mais informações sobre as megaocupações ocorridas na madrugada do dia 3 para o dia 4 de outubro de 2010 ver, entre outros: HARTMANN, A. Sem-teto ocupam quatro edifícios no centro de São Paulo. O Globo, São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-teto-ocupam-quatro-edificios-no-centro-de-sao-paulo-2943573>. Acesso em 01 ago. 2019.; e Ocupação Prédio. Jornal da Gazeta. São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcXq2J2vXwk>. Acesso em 01 ago. 2019.

³⁴ STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 10 jan. 2020.

Ao realizar uma megaocupação, ocupando quatro imóveis vazios e abandonados em uma mesma madrugada, o movimento de moradia faz uso da ação direta como forma de pressão e leva a público sua capacidade de mobilização, além de expor o abandono dos edifícios sem uso no centro da cidade de São Paulo, espaço esse onde o movimento trava suas disputas pelo direito à moradia digna.

[...] a ocupação de prédios públicos e privados ou locais urbanos denuncia tanto as vagas abundantes quanto a necessidade de moradia, da população mais pobre. Movimentos deste tipo executam de fato a demonstração de uma Política de racionalização da expansão urbana. A simples denúncia da existência tanto de prédios vazios quanto de sem-tetos, aponta a negligência do poder público sobre o assunto (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)³⁵.

Os detalhes da ocupação do edifício Hotel Columbia Palace, hoje ocupação São João-588, são narrados por Aparecida, liderança do MSTRU e também liderança responsável por esta ocupação:

[...] não era esse prédio que o MSTRU ia ocupar. Antes da gente fazer a ocupação a gente observa o prédio, vê o histórico, quanto tempo está desocupado e a porta pode ser de aço, mas a gente olha e tem que tentar, não tem para onde correr, não é porque a porta é de aço que a gente não ocupa. Mas o nosso não era esse, era o outro aí da frente. [...] Nós viemos preparados para ocupar esse outro, os ônibus já tinham deixado a gente ali no teatro municipal, umas 600, 700 pessoas. Tinham saído da zona leste 10 ônibus e deixaram a gente aqui no teatro e a gente veio andando. Quando a gente chegou ali no começo da São João, no Largo do Paissandu, estavam ocupando nosso prédio. Eu desesperiei. Aí eu liguei e falei assim: pessoal, o que foi que aconteceu? Não estava acordado que era aquele prédio? Acabaram de ocupar o prédio. A gente viu agora ocupando o prédio. Aí uma das outras lideranças com quem falei disse assim: então vai para o plano b. Porque a gente tem sempre um plano b. Mas meu plano b não era esse aqui, meu plano b era ali na rua Vitória. Aí eu falei: mas que plano b? Eu lá tenho tempo de plano b, está pegando fogo a cidade. Porque foram tantas ocupações e a polícia jogando bomba (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Foi uma ação organizada por diferentes movimentos de moradia, pois realizar diversas ocupações em uma mesma madrugada é, também, uma prática de parceria entre os movimentos que dessa forma dão visibilidade à quantidade de imóveis vazios na cidade, expõem publicamente seu poder de mobilização, além de conseguir dividir as ações policiais. Mas houve uma confusão entre os próprios movimentos e outro movimento ocupou o prédio que o MSTRU pretendia ocupar e este teve que lidar com o imprevisto.

³⁵ STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 10 jan. 2020.

[...] estava tudo explodindo e a polícia doida. Só aqui nessa área [quadra da ocupação São João-588], tinha uns 100 carros de polícia. E eu doidinha, aí perguntei para uma das outras lideranças por telefone: mas como o plano b se aqui está cheio de polícia? Está cheio de bomba sendo jogada, eu lá vou para a rua Vitória. Aí a outra liderança falou: não, então, lembra aquele que a gente passou na frente que a gente também falou em ocupar? Eu falei: lembro. Então, você sabe que ele está há quase vinte anos desocupado. Aí eu falei: mas eu não tinha ele como plano b. Aí a outra liderança falou: mas agora já é, vamos tornar ele o plano b. A gente faz uma programação e tudo, passa uns 3 meses organizando e tem a equipe de abertura da porta, que vem com as ferramentas. E a equipe se perdeu com tudo o que aconteceu, a equipe sumiu. Eu ligando atrás da equipe e nada dessa equipe chegar. Eu falava por telefone para as famílias que iam ocupar: anda mais um pouquinho, é quase em frente ao outro prédio. Aí quando eles perguntaram: é o do Mate³⁶? Aí eu falei: é. Porque esse Mate já estava aqui antes. Aí o pessoal ficou lá cantando música da igreja, como se fosse um monte de gente que veio da igreja e estava fazendo uma campanha de igreja. E cantava: 'cuida da minha casa, cuida da minha vida'. Por isso que a gente canta essa música quando é o aniversário daqui. E a polícia olhava praquela monte de gente cantando música religiosa e perguntava: de onde vocês vêm? Nós acabamos de sair da igreja, estamos em campanha. Naquele ponto de ônibus que fica em frente à igreja do Paissandu, eles estavam naquele ponto e eu tinha vindo. Quando eu cheguei aqui nesse ponto de ônibus, aqui da frente, eu me sentei e comecei a ligar e estava cheio de polícia, comecei a ligar e ninguém atendia, o pessoal cantando, ninguém escutava o celular, ainda mais com polícia e bomba em todo canto. Aí foi que uma menina veio e perguntou: dona Aparecida, o que a senhora está fazendo aqui? Eu estou tentando ligar, que o prédio mudou, é esse aqui, pede para as famílias virem onde eu estou, pede para olhar para mim que eu estou avisando que o prédio é esse. Aí ela foi e quando eu vi estava todo mundo vindo e eu aqui em frente ao Mate e só vendo aquele monte de gente vindo cantando. E eu pensando: cadê a equipe de frente que abre a porta que vinha numa kombi? Como a equipe não chegava, quando as famílias se aproximaram foi a mulherada que meteu o pé na porta e a porta abriu e o povo foi entrando (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A realização de uma ocupação de prédio vazio é planejada durante alguns meses e, além da formação política realizada com os futuros ocupantes, possui uma logística de organização e infraestrutura necessárias para o momento em si, com diferentes frentes com atividades bem definidas e distribuídas entre os ocupantes.

A organização para a realização de uma ocupação inicia-se muito antes do ato de 'ocupar', quando organizados em grupos de base, os coordenadores de grupos convidam pessoas em situação de dificuldade financeira para se mobilizarem, e ali começam as discussões sobre organização, direitos, deveres e o processo de luta pela conquista da moradia adequada (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 10).

³⁶ Se refere a uma conhecida rede de lanchonete, com uma das lojas no térreo do prédio localizado na avenida São João-588.

Também é fundamental contar com imprevistos e traçar o que Aparecida chamou de plano b e, quando esse também falha, é preciso contornar o impensado e agir rapidamente, como o que ocorreu na madrugada da ocupação da São João-588. Narrando todos os imponderáveis da madrugada em que a ocupação foi realizada e a quantidade de policiais presentes próximos ao prédio, em represália contra a ocupação realizada no prédio quase em frente ao da São João-588, prédio pretendido pelo MSTRU, Aparecida retoma:

A polícia em cima e eu gritava: entra, povo, entra. E aqui tinha lixo por tudo que é lugar, entulho que você não tem noção, nem eu. E ali embaixo [pavimento térreo], na noite, é bem escuro, é breu. Aqui não porque tem esse espaço aberto e dá uma visão, mas lá embaixo não é, à noite você não enxerga nada. Ainda tinha um monte de entulho e o pessoal foi caindo um por cima do outro e eu achando que eles estavam fazendo corpo mole. E eu gritava: vocês não vão entrar no prédio? Aí chegou polícia e eu nem aí, continuei falando: entra. Porque também a polícia se perdeu, por isso que é bom fazer ocupação, várias de uma vez, porque eles não sabem para onde ir impedir. Aí chegou uma repórter de televisão e perguntou: a senhora dá uma entrevista para gente? Por que estão ocupando? Aí eu falei: dou, se você segurar aqui até entrar a última família eu dou a entrevista. Aí eu dei, porque ela ficou até a última família entrar e filmando, porque serve para intimidar a polícia, enquanto tivesse a reportagem ali a polícia não podia vir para cima das famílias e tudo mais. Então ela ajudou bastante, ela com o microfone, o rapaz filmando. Aí quando entrou a última ela falou: entrou a última família, a senhora vai me dar. Aí eu dei a entrevista (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Importante perceber que Aparecida destaca a relevância de fazer várias ocupações simultaneamente, enquanto forma de dividir e assim minimizar a ação da polícia, e que ela também se apoia no aparecimento de jornalistas para que esses se façam presentes até o final como forma de também inibir a ação policial. Práticas de ação que os movimentos de moradia utilizam para sofrer menos com ações do Estado geralmente caracterizadas pelo abuso de força e poder. Cabe destacar que essa ocupação foi realizada em 2010 e que hoje, dez anos depois, a Polícia Militar de São Paulo possui contingente e aparato bélico maior e mais sofisticado.

Conseguir a não reintegração nas primeiras vinte e quatro horas de ocupação de um imóvel abandonado ou de um terreno vazio é fundamental para o movimento e considerado uma forma de vitória.

Dia quatro a polícia já chegou sete da manhã e não deixava mais ninguém entrar, só sair. E nós tivemos um problema maior ainda que a polícia, porque esse prédio era todo destruído, então quando as famílias entraram os coordenadores dos grupos de base não concordaram em ficar. [...] E as famílias diziam: não, eu não vou ficar aqui, isso aqui é um lixo. [...] Eu vou embora. E eu conversava com o coordenador de grupo e o coordenador dizia: tudo bem, vamos ficar aqui,

segura. Eu virava de costas e o coordenador levava as famílias embora. A gente segurou esse prédio, ninguém sabe até hoje, com onze pessoas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Aparecida fez um esforço enorme para garantir as primeiras vinte e quatro horas de ocupação do prédio, mesmo com a quantidade de famílias que foi embora devido às condições do prédio. De aproximadamente setecentas pessoas que fizeram a ocupação, nas primeiras horas restaram apenas onze, além de três coordenadores do movimento, totalizando catorze pessoas que, sem que a polícia soubesse, acreditando ter mais gente no prédio, seguraram e garantiram a ocupação. “A polícia na porta perguntava: quantas famílias tem aí? Nós respondíamos: setecentas. Depois diminuimos para trezentas, porque eles viram muita gente saindo. [...] Mas só tinha onze. [...] Aí trocávamos de roupa, para enganar a polícia” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A realização de uma ocupação tem um planejamento detalhado de diversas equipes, como, por exemplo, a equipe de frente, responsável por levar as ferramentas necessárias para abrir a porta e executar a abertura e a equipe de cozinha, responsável por levar alimentos, fogão e botijão de gás, montar a cozinha coletiva logo que as famílias entram no prédio e preparar os alimentos. As equipes têm funções específicas e escalas de pessoas para execução, especialmente as equipes permanentes, como a de cozinha.

A polícia começou a manter a gente em cárcere privado às sete horas da manhã do dia quatro. Só foi liberado para entrar alimento de sete para oito horas da noite. Só que quando a gente ocupa a gente traz tudo, traz fogão, água, pão, leite, tudo. Nesse dia, quando as famílias estavam saindo, levaram. [...] Tinha ficado acordado uma equipe para guardar os alimentos. Então pegaram um quartinho e guardaram os alimentos e falaram para mim: dona Aparecida, lá tem tudo, tem bolacha, leite, pão, água, fogão de duas bocas e botijão. Então eu disse: está bom. E fiquei preocupada de negociar com a polícia lá fora e acabou que eu não fui certificar, eu confiei no que foi dito. Quando a gente se viu, e eram só onze pessoas e mais os três coordenadores, tinha criança também, eram três, e que chegou a hora de eu ir lá, que eu fui pegar alimento para as crianças, lugar mais limpo, não tinha nem água, nem nada. A gente ficou sem nada. A mãe de duas crianças tinha um pão na bolsa dela, uma aguinha e aí foi o que tinha para as crianças. A gente passou mal de fome. Aí a gente escrevia na porta: estamos com fome, cárcere privado. E colocávamos as duas crianças para aparecer. E tinha mais um bebezinho [...] contando com ele eram três crianças (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A polícia controlou a entrada de pessoas e de alimentos na ocupação por doze horas como forma de pressionar para que as famílias ali presentes abandonassem a ocupação. Nessas doze horas, as famílias da ocupação que fora realizada no prédio da frente, o mesmo que o MSTRU pretendia ocupar, conseguiram passar através de uma corda que ia de um prédio a outro, no segundo andar,



atravessando a avenida São João, uma marmita que foi dividida pelas catorze pessoas que ocupavam o prédio. Às oito da noite, a polícia foi embora, o que garantiu a primeira vitória da ocupação pois, nas palavras de Aparecida (informação verbal, 2019) “a gente segurou o prédio, eles saíram às oito da noite”.

Com a improvisação da ocupação do prédio e a condição precária que o mesmo se encontrava, Aparecida conta que, logo após, decidiram que lá ficariam somente o tempo necessário para configurar a ocupação do prédio e conseguir pautar o poder público sobre o destino do mesmo.

O que nós propusemos para as famílias foi assim: a gente fica, as outras famílias vão vir agora que a gente segurou o prédio por 24 horas. A gente segura por pelo menos uma semana e aí apresentamos o prédio para o poder público, para pressionar por desapropriação. Embasada em alegações que justifiquem. Que era o prédio destruído, abandonado há 17 anos, que isso era perigoso para o entorno, que tinha água parada, muita doença e muita coisa. A gente começou a tirar foto de tudo destruído. E assim ficou, ficou acordado de a gente sair em uma semana, que eu também não ia manter as famílias aqui porque estavam correndo risco de doenças gravíssimas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Imagem 04: Situação do edifício quando foi ocupado.



Fonte: Acervo MSTRU (2010).

As imagens anteriores mostram a situação de degradação, descrita por Aparecida, na qual se encontrava o edifício quando ocupado pelo MSTRU. Muito entulho, objetos quebrados, sujeira, animais mortos e água parada. As pessoas que compõem o MSTRU, ao se referirem à ocupação São

João-588, trazem em seu discurso a sentença clássica dos loteamentos periféricos dos anos 1960, “quando eu cheguei aqui era só mato”, adaptada às ocupações de prédios abandonados na área central: “quando cheguei aqui era só entulho e lixo”.

Retomando à narrativa de Aparecida sobre o acordo pela permanência no edifício por uma semana e sair, a ocupação provisória também serve, além de expor o abandono de prédios inteiros no centro da capital paulista, como forma de pressão pela desapropriação para que possam ser reformados e transformados em habitação de interesse social para as pessoas. Essa pressão é feita também expondo as condições em que se encontra a edificação e o risco que ela representa para a população que circula, mora e trabalha no seu entorno. “[...] para o movimento a ocupação constituiu-se, além de abrigo, estratégia de luta para a conquista de moradia, por isso, é considerada, por muitos, uma situação transitória” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 11).

Porém, a ideia inicial de prosseguir a ocupação apenas por uma semana, para possibilitar a pressão por uma negociação com o poder público, mudou por demanda das onze pessoas que seguraram a ocupação e não tinham para onde ir e de pessoas que igualmente estavam sem lugar para morar e começaram a chegar no prédio nos primeiros dias da ocupação. Sendo essa outra prática bastante comum, quando um prédio é ocupado no centro e a notícia de que estão segurando a ocupação se espalha, pessoas diversas procuram o movimento para se filiar e buscar um local para morar.

Na primeira semana do prédio ocupado, segundo Aparecida (2019), cerca de trezentas pessoas circularam pela ocupação, desde apoiadores, coordenadores de grupos de base, até pessoas em busca de se filiar ao movimento e morar na ocupação. Foi frente a essa grande procura de pessoas que queriam morar nesse prédio no coração do centro de São Paulo, que o MSTRU decidiu, junto com as famílias que já estavam na ocupação, organizar o espaço e se manter no prédio.

Quando o prédio foi ocupado estava sem água e sem energia, além das instalações velhas e danificadas e parte da estrutura do próprio prédio em situação de risco estrutural, instalações inviabilizadas que foram coletivamente transformadas. Aparecida, ao relatar os primeiros dias, destaca a importância do coletivo em organizar o espaço, até então cheio de lixo e entulho. Separaram frentes de atividades e as frentes ficavam responsáveis e se revezavam nas funções de conseguir água com a vizinhança, já que a água do prédio estava cortada e no início não conseguiram encontrar o ponto de água. “[...] foi necessária destinação de uma parte do edifício para o uso coletivo de pias para lavagem de louça [...] Os moradores tomavam banho em casas de amigos, parentes ou em prédios próximos que se solidarizaram com a situação” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12). Além da água,

nos primeiros dias de ocupação retiraram o carpete do primeiro andar que estava inviável devido à quantidade de poeira, sujeira e mofo que se acumularam ao longo dos anos, no prédio fechado e abandonado. Foi no primeiro andar que todas as onze pessoas e também as lideranças que permaneceram nas primeiras vinte e quatro horas da ocupação, somadas depois as pessoas do movimento que vieram para apoiar e pessoas novas que chegaram para se filiar, concentraram-se na primeira semana. Durante toda essa primeira semana, as pessoas se revezavam nas frentes de trabalho de abastecimento dos galões de água na vizinhança, limpeza do único banheiro que todas as pessoas estavam usando e limpeza e gestão da cozinha coletiva, que funcionava em uma espécie de hall no primeiro andar e que foi abastecida de mantimentos a partir de doações de pessoas que compõem o movimento e de apoiadores. A cozinha coletiva logo que se inicia a ocupação é um marco do compromisso assumido coletivamente e no fortalecimento das relações.

4.1.3. ESPAÇO PRODUZIDO E PRODUTOR

A coordenação do movimento escutou e acolheu as demandas das pessoas que estavam no prédio, responsáveis pelas primeiras organizações fruto do trabalho coletivo. Foi nessa forma de organização do espaço interno, a partir das demandas dos ocupantes, que esse espaço foi sendo produzido pelo movimento juntamente com os então primeiros moradores da ocupação. Com o passar dos dias, os ocupantes propuseram a arrumação dos dois primeiros pavimentos e assim foi acordado. Ainda não havia divisão de quartos individuais, as pessoas foram organizando os dois andares e dividindo os cômodos, além da atribuição de tarefas. O longo trecho do relato de Aparecida traz a riqueza de produção desse espaço:

Aí veio outra turma: se a gente arrumar esse terceiro andar, a senhora deixa a gente ficar? Aí eu disse: mas esse terceiro andar está complicado. Aí eles falaram: não, mas a gente arruma, a senhora vai ver como a gente arruma. Tá. Dois dias depois você subia e o andar estava de outro jeito. Aí foi ficando. Aí eu disse: olha, era para a gente ter saído com uma semana, não vamos sair, quem não quiser morar, vai continuar vindo aqui pra dar suporte a quem tá morando e quem quiser morar vai se organizando aí nos quartos para ver como a gente vai fazer. Porque é uma organização meio demorada mesmo e às vezes ficava cinco, seis, sete pessoas em um quarto e assim no outro, que era para se organizar. Ninguém tinha seu quarto individual ainda, mas o pessoal sabia que nós estávamos nos organizando para isso. E aí foi chegando até o quinto andar. Quando chegou no sexto [e último andar] aí eu interditei mesmo com aquela fita, porque o sexto era coisa de outro mundo, destruição total. Aí, eu lembro que foi um moço, ele disse assim: a gente arruma o sexto andar. Aí eu falei: esse aqui vocês não vão conseguir não. Aí ele falou: a gente arruma, se a senhora deixar a gente morar



aqui a gente arruma. Eram três famílias. Duas não moram mais aqui, mas tem uma que mora aqui até hoje. Aí eu falei: mas como vocês vão fazer aqui? Aí falaram: dona Aparecida, eu sei que ali está difícil, a senhora pode até isolar aquela parte. Tinha um quarto que hoje é transformado, do lado de lá, mas que não tinha jeito, o máximo que a gente ia conseguir era arrumar o telhado para não cair água, mas estava destruição total. Então eu isolei essa parte toda, chamei o menino e a gente colocou um monte de prego para ninguém abrir a porta e fui liberando a outra parte para ver o que o pessoal conseguia. Levou seis meses para a gente organizar. Não só limpar, foram seis meses para ter água, energia, fazer essas coisas aí dos banheiros, a encanação dos banheiros, poder garantir uma segurança melhor para as famílias (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Nos seis primeiros meses houve um trabalho intenso de organização na produção de um espaço menos precário do que aquele que tinham encontrado no dia da ocupação do edifício, um processo que chamo de autorreabilitação do prédio, compreendendo que as pessoas que ocuparam o prédio reabilitaram, de forma auto-organizada, os espaços do mesmo direcionando-os às suas necessidades urgentes e cotidianas.

Se para Santo Amore e Cabral (2020) a autoconstrução em São Paulo é definida como “[...] produção habitacional pulverizada e não regulada em termos urbanísticos e edífícios, nas relações trabalhistas e na ausência de participação de profissionais habilitados para desempenhar as funções de planejamento e projeto da edificação” (SANTO AMORE e CABRAL, 2020, no prelo). Autorreabilitação pode ser compreendida como a reabilitação de espaços, anteriormente utilizados para outros fins, para novas formas de utilização, feita pelos próprios ocupantes, com recursos e trabalho próprios, sem acompanhamento técnico habilitado para desempenhar funções de planejamento e projeto de reforma.

Nesses primeiros seis meses tudo era improvisado, a energia era o tradicional gato puxado da rua e não tinha água encanada, a água era cedida por uma boate e um estacionamento vizinhos à ocupação e estocada em tambores grandes. O banho era de cuia, a descarga era feita com despejo de balde de água no sanitário e a louça lavada com duas bacias, em uma molhava-se a louça suja para ensaboá-la e na outra ela era enxaguada. Soma-se a isso a incerteza quanto à permanência da ocupação, especialmente no início quando a possibilidade de reintegração de posse é sempre iminente.

As imagens seguintes mostram o forro do sexto e último andar, o que Aparecida se refere como destruição total e que hoje encontra-se restaurado.



Imagem 05: Situação do forro do edifício quando foi ocupado.



Fonte: Acervo MSTRU (2010).

É importante perceber ainda no relato de Aparecida o destaque dado ao fato de que quem não quer morar deve vir dar apoio a quem vai morar. Esse apoio de quem compõe o movimento, mas não está em uma ocupação, é fundamental, especialmente no início, para a organização do espaço e consolidação da ocupação. É possível ainda observar, a partir da fala de Aparecida, como esse espaço da ocupação São João-588 foi sendo produzido a partir da necessidade real e imediata cotidiana das pessoas que ali estavam e que, organizadas coletivamente na autorreabilitação daquele espaço, enfrentaram o lixo, o entulho, a água parada, a falta de água e de energia, instalações quebradas, entre diversas outras precariedades oriundas de um imóvel fechado e abandonado há quase de vinte anos

e transformaram esse espaço produzindo-o. “São situações únicas em que as pessoas são levadas a ter que limpar, reformar, manter, operar, construir, compartilhar, cumprir e administrar regras comuns de convivência, uso dos espaços privados e comuns [...]” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 10).

Imagem 06: Mutirão de autorreabilitação quando a ocupação foi realizada.



Fonte: Acervo MSTRU (2010).

Nas imagens acima podemos observar as pessoas trabalhando em mutirão na autorreabilitação do prédio. São essas pessoas ocupantes de prédios abandonados e que compõem o movimento de moradia, que realizam o trabalho árduo de limpeza desses lugares encontrados insalubres sempre que os mesmos são ocupados, dando a esses prédios, vazios e abandonados há anos, função social. Sobre esse processo de autorreabilitação e consequente recuperação de edifícios há anos abandonados e posteriormente ocupados, no centro de São Paulo, destaca-se:

Ocupações de edifícios do centro de São Paulo se beneficiaram muito das qualidades arquitetônicas e urbanísticas simbólicas e práticas dos edifícios vagos. [...] oportunidades espaciais ocultas foram reconhecidas e reinventadas. Em termos arquitetônicos e urbanísticos, elas são adaptativas, não construtivas: reciclam em vez de inventar. Embora muitos autores chamem atenção para o aspecto ‘insurgente’ ou ‘transgressivo’ das ocupações, os próprios movimentos mantêm um discurso muito mais humilde voltado para a reforma, reparo e retificação. Eles buscam recuperar espaços anteriormente abandonados, enquanto se preparam para transformá-los em ambientes habitáveis. São inevitavelmente enquadrados e estruturados pela forma arquitetônica que ocupam, mas nunca determinados por ela. Edifícios vagos possuem capacidades performativas múltiplas e flexíveis (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)³⁷.

³⁷ STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 10 jan. 2020.

Foi através do trabalho realizado coletivamente tanto pelos moradores da ocupação, quanto pelas pessoas que não moram na ocupação, mas compõem o movimento, como também por apoiadores, que o prédio da ocupação São João-588 foi tendo seu espaço transformado e produzido, em um processo de autorreabilitação, enquanto um espaço de moradia coletiva e política, um espaço como produto da sociedade. Esse espaço representa a frase tão repetida dentro do movimento de moradia “tanta casa sem gente e tanta gente sem casa”, além da disputa pelo centro da cidade, esse espaço dotado de infraestrutura e serviços públicos, onde se concentra a riqueza produzida pelos cidadãos, riqueza não distribuída entre os que a produzem.

Em janeiro de 2011, apenas três meses após a realização da ocupação, a mesma recebeu um pedido de reintegração de posse e, no final do mesmo ano, outro pedido. Nos dois momentos, o movimento conseguiu barrar o pedido, o que consagra a ocupação como vitoriosa e traz mais coesão aos moradores que, em momento de ameaça de reintegração, unem-se mais na luta para conseguir permanecer.

Mas, ainda que o movimento tenha conseguido sair vitorioso com a suspensão dos pedidos de reintegração, isso causava muita insegurança nas famílias, especialmente no primeiro ano, considerado um ano em que a ocupação está em processo de consolidação, entendida como uma situação mais frágil quando comparada a hoje, quase dez anos depois e já tida como consolidada. Como havia a incerteza da permanência da ocupação, o movimento procurava investir o mínimo de recurso na autorreabilitação do espaço físico. Mas, ainda que com a sensação de insegurança, foram organizando o espaço da ocupação São João-588, como pode ser observado na imagem abaixo, cujo espaço foi transformado, ainda no ano de 2010, em um refeitório coletivo.

Imagem 07: Refeitório coletivo já reabilitados pós ocupação.



Fonte: Acervo MSTRU (2011).

Quando conseguiram barrar o segundo pedido de reintegração de posse, no final de 2011, tida como a segunda vitória com relação à ameaça de despejo, e já passado um ano da realização da ocupação, cujo espaço produzido dava o tom da consolidação, os moradores se cotizaram para realizar uma reforma elétrica e hidráulica.

Antes de prosseguir sobre como essa autorreabilitação foi realizada, é importante fazer uma ressalva. Na ocupação São João-588, assim como nas demais ocupações organizadas pelo MSTRU e dos demais movimentos de moradia ligados à FLM, não há cobrança de aluguel. O que há é uma contribuição de uma taxa feita pelos moradores único e exclusivamente para a manutenção cotidiana do edifício, tais como compra de material de limpeza para uso nas áreas comuns, como na limpeza dos banheiros coletivos e nas áreas de circulação, pagamento de funcionários que trabalham na portaria do prédio que, no caso da São João-588, são duas pessoas, ambas moradoras da própria ocupação, entre outros gastos cotidianos e de manutenção, especialmente necessárias em um prédio que estava em precárias condições depois de quase vinte anos de completo abandono. Cabe ainda destacar que na ocupação São João-588, pessoas idosas são isentas da contribuição e que ninguém é expulso da ocupação por não pagar a contribuição. Todas as transações que envolvem cotas pagas pelos ocupantes são registradas no livro ata da ocupação, o fluxo de entrada e saída de dinheiro que comprova os gastos referentes à manutenção cotidiana.

Feitas estas ressalvas, retomo o tema da autorreabilitação. A partir das reformas elétrica e hidráulica realizadas em 2011, logo após vitória do movimento com relação à reintegração de posse, as famílias se cotizaram e contrataram o trabalho de pessoas moradoras da própria ocupação com domínio em reformas de elétrica e de hidráulica. Trocaram algumas instalações hidráulicas e a fiação elétrica, pois com os fios antigos a energia caía constantemente.

Em 2012 passaram por outro pedido de reintegração de posse e, novamente, o movimento saiu vitorioso. A cada vitória de conseguir barrar pedido de reintegração de posse, as pessoas moradoras da ocupação se sentem mais confiantes para investir recursos financeiros na produção desse espaço com mais qualidade. Essa busca por organização do cotidiano, vislumbrada pela consolidação de infraestruturas básicas a partir da autorreabilitação do espaço da ocupação, além de conformar um cotidiano menos precário, é também o que envolve

[...] o desejo dos moradores terem comprovante de endereço, sem o qual várias questões burocráticas e da vida cotidiana ficam dificultadas, principalmente àquelas associadas à procura de trabalho ou emprego. Além disso, o endereço de uma moradia considerada 'regular' amplia a própria percepção de inclusão na sociedade e nas instituições no capitalismo (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12).



Produzir esse espaço significa, para o desejo das pessoas que nele moram, a conformação da estabilidade da casa, de ter um endereço, apesar dessa estabilidade ser garantida apenas pela reconfiguração na produção desse espaço, uma vez que ainda é constante na vida dessas pessoas a “[...] insegurança na posse, incertezas e preocupação quanto às possibilidades de solução do problema da moradia” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12).

O espaço da ocupação foi então transformado e produzido a partir de ações de autorreabilitação das pessoas que nele moram. Como se trata de um edifício que originalmente abrigava um hotel e ainda não houve uma reforma estrutural de modificação dos pavimentos, atualmente cada família mora em um quarto, os quartos têm tamanhos variados e foram distribuídos levando em conta o tamanho da família e sua participação na luta. Cada quarto possui um banheiro exclusivo, mas esses banheiros individuais não possuem chuveiro com água quente, para não sobrecarregar a elétrica. Cada andar possui um banheiro coletivo com chuveiro quente. É de responsabilidade coletiva das famílias de cada andar a limpeza desses banheiros, havendo uma escala definida mensalmente em assembleia para a limpeza do banheiro e dos espaços comuns de cada andar em que uma pessoa moradora exerce a função de coordenação, que é majoritariamente exercida por mulheres. A escala é anotada em um grande papel e fixado em cada pavimento com o nome de cada família responsável pela limpeza distribuída durante os dias do mês.

As imagens abaixo mostram o antes e depois de alguns espaços da ocupação, transformado com trabalho coletivo e organizado das famílias moradoras da ocupação São João-588.

Imagem 08: Espaços da ocupação São João antes e depois.

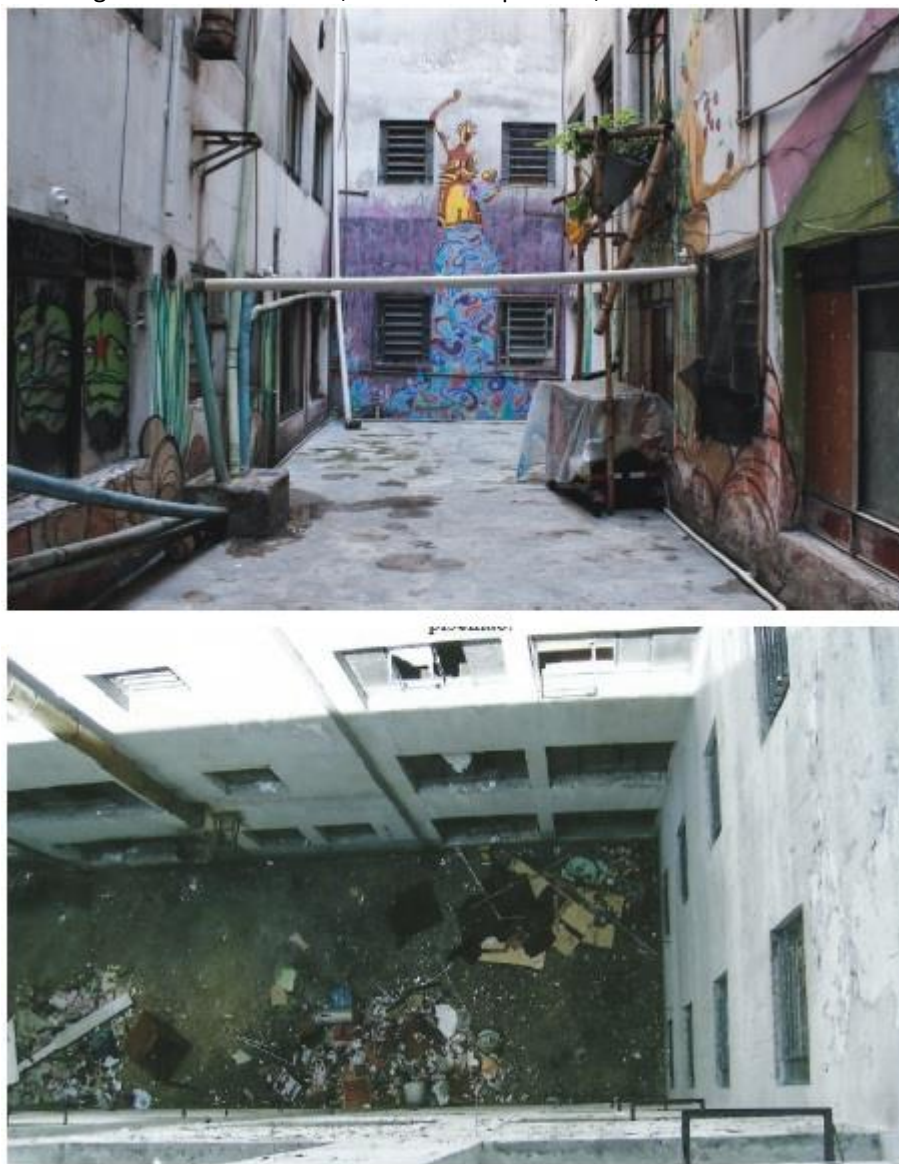




Fonte: Acervo MSTRU (2015).

Há ainda um espaço interno, que é o fosso do prédio para onde as janelas de alguns quartos são abertas. Esse fosso é conhecido como piscinão, pois quando o prédio foi ocupado o mesmo tinha um grande volume de água concentrado. É nesse fosso onde acontecem atividades culturais e festivas da ocupação, além de ser um espaço utilizado pelas crianças para brincar.

Imagem 09: Fosso central, chamado de piscinão, atual e anteriormente.



Fonte: Caio Dias (2020) e Acervo MSTRU (2010).

Há também um amplo espaço, um salão, onde no início da ocupação funcionou a cozinha coletiva e atualmente é o espaço onde acontecem as assembleias e atividades de formação e também atividades culturais e festivas. A função de limpeza e organização desse espaço do salão também é distribuída coletivamente, assim, cada semana uma família é responsável por essa organização. Comparando as duas imagens (imagem 07 e imagem 10), pode ser observado que o teto estava com partes que havia despençado, quando o prédio foi ocupado e, nesta imagem mais atual, ele está refeito, o que mostra o trabalho coletivo na produção desse espaço.

Imagem 10: Espaço onde acontecem atividades e reuniões.



Fonte: Larissa Viana (2019).

Na ocupação São João-588, que possui 83 quartos, atualmente moram 60 famílias. Ao longo dos dez anos, a ocupação passou por “[...] oito tentativas de reintegração de posse” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 11), tendo conseguido, com muita luta e organização, barrá-las e sair vitoriosa em todas as vezes. Hoje cada família lá residente possui seu quarto ou apartamento individual, com contas individualizadas e acesso formal e individual a instalações de energia, água, internet. As pessoas moradoras da ocupação seguem ainda o regimento interno com regras debatidas e acordadas em assembleias, tais como: “[...] não tolerar violência doméstica; não consumir bebida alcoólica nas áreas comuns [exceto em dias de atividades festivas da ocupação – grifos meu]; possuir portaria com identificação prévia para entrada; além de não ser permitido o uso [e o tráfico – grifos meus] de drogas” (NICÉSIO, 2017, p. 89).

O MSTRU traz no seu nome o tema da reforma urbana, tão caro aos movimentos de moradia, que pautam esta reforma urbana seja a partir das ocupações, seja a partir dos mutirões, pois ambas as formas disputam a política pública, o fundo público fruto da riqueza produzida coletivamente. Esse tema é, para o movimento de moradia, segundo Trindade (2014), uma luta que não rompe com o modo capitalista de produção da cidade por se tratar de um projeto político amparado em reformas

estruturais nos marcos da ordem legal e institucional, possibilitando cidades menos desiguais e mais democráticas, a partir da participação popular nas decisões sobre o planejamento e a gestão urbana, assegurando a democratização do solo e da propriedade urbana com a democratização da gestão da cidade. A atuação do movimento pode ser compreendida, a partir de Lefebvre (2001, p. 113):

[...] Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana. Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna 'necessariamente' revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.

Assim, a atuação do MSTRU, movimento coordenado por uma mulher com intenso histórico de luta pelo direito à moradia digna e direito à cidade, pode ser entendida na chave de um enfrentamento à ordem estabelecida pela segregação urbana imposta historicamente na cidade de São Paulo. Por segregação urbana compreende-se, a partir de Villaça (2012, p. 142) a “[...] espacialização dos poderes políticos e econômicos. Como esses poderes são excepcionalmente desiguais no Brasil, a segregação é também a principal ponte de ligação entre o espaço urbano e a sociedade”.

A produção do espaço ou sua reprodução é compreendida aqui não apenas no âmbito do privado, onde a família se reproduz e em que a reprodução do espaço privado, que sustenta a produção no espaço público, restringe-se à responsabilidade da família, da mulher, mas também compreendendo a reprodução como a das relações sociais e do próprio capital. Não isenta de contradições, uma vez que questiona o direito à cidade, mas requer a propriedade, essa produção do espaço ou sua reprodução é uma subversão a lógica da mercadoria por ser uma apropriação concreta do espaço e não se restringir às impossibilidades e privações contidas na forma mercadoria, é uma negação ao espaço programado, é, em consonância com Lefebvre (2006), o cotidiano que se perfila a partir do resíduo na subversão a lógica dos espaços de privação.



Imagem 11: Ocupação São João-588.



Fonte: Caio Dias (2020).

Observa-se que a ocupação São João-588 se caracteriza pela ação dos próprios moradores na produção do espaço, onde o uso preenche o vazio e constrói um conteúdo, ainda que de precariedade inicial, na reprodução da vida cotidiana que se dá a partir da produção e reprodução do espaço e conforma um cotidiano de luta pelo direito à cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo que desenvolvi e os elementos de realidade que precisei elaborar são compreendidos como uma forma particular de relações do que arrisco chamar de dialética de produção do espaço e que se expressa na tríade analítica luta coletiva-mulheres-ocupação. Ao buscar compreender a produção social do espaço urbano a partir do acompanhamento sistemático em uma ocupação, me deparei com a questão da especificidade do espaço urbano produzido por essa luta no que tange à estratégia de ocupação sob a ótica do cotidiano. A imersão no cotidiano da ocupação permitiu entrever o protagonismo de mulheres, aqui com destaque para uma mulher, na produção das ações coletivas – enquanto luta social – na produção desse espaço e, no caso de Aparecida, não só deste espaço, ao longo de sua trajetória de vida. Ao investigar a trajetória de vida, trabalho e deslocamento no espaço dessa mulher, o aspecto contingente de seu destino coletivo como encontro social em espaços precarizados se apresenta na conformação das lutas travadas nos interstícios do cotidiano, onde a produção residual do espaço (LEFEBVRE, 2006) demonstra, também, toda a potência transformadora em sua apropriação. Ao buscar apreender os nexos socioespaciais destes espaços, a máxima da dialética do espaço, de que os grupos sociais produzem o espaço e são por ele produzidos, se revela em sua complexidade. Quer dizer, percebi aí um entrelaçamento entre a particularidade desse espaço produzido e a ação produtora conduzida por aqueles agentes sob o protagonismo de uma mulher na luta pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade.

Durante a realização da pesquisa, os nexos encontrados no processo de produção social do espaço contemporâneo na cidade de São Paulo – entre a luta por direito à moradia digna e por direito à cidade de fração precarizada da classe trabalhadora, a constituição do protagonismo feminino nessa luta e a conformação das estratégias de ação coletiva – foram compreendidos como mecanismo que dialeticamente constituem espaços de reprodução da vida e da força de trabalho e produz cidade em regime precário, funcional e associado à dinâmica global de produção capitalista do espaço, mas que em sua contradição produz potências transformadoras. Potências estas produzidas na configuração particular das relações dialéticas de produção do espaço expressa também na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação.

Dessa forma, na tríade elaborada para fins de análise na pesquisa: luta coletiva-mulheres-ocupação, tem-se que: a ocupação é ao mesmo tempo forma de apropriação dos espaços residuais – para a reprodução da vida daqueles que sobram ou são sub incorporados aos processos de produção ou consumo de mercadorias – e reprodução residual do espaço, à medida que escapam às



programações da produção formal do espaço enquanto diretamente forma mercadoria. A potencialidade transformadora presente nos espaços residuais, conforme antevia Lefebvre (2006), se realiza pela luta coletiva na disputa pela instauração de espaço cotidiano, tanto pelos sujeitos de ação política que engendra na produção desse espaço, enquanto disputa cotidiana pelo direito à cidade, quanto por escapar em alguma medida às políticas gestão do resíduo que agentes externos buscam impor. A presença de mulher, historicamente conectada à reprodução social da vida, sintetiza uma dupla particularidade na dialética da produção do espaço, dado por um lado pelo protagonismo que exercem nas ações coletivas de produção do espaço e de outro pela sua própria produção enquanto sujeitas de ação política, resultado das próprias ações que produzem espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JR., J. (Org.). **Método de pesquisa em Ciências Sociais**. Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc, 2016. p. 8-23. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- AQUINO, C. R. F. de. **A luta está no sangue**: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CABANES, R.; GEORGES, I.; e TELLES, V. **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CAVALCANTI, G. C. V. **Uma Concessão ao Passado**: Trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COMARU, F. de A.; FERRARA, L. N. GONSALES, T. A. **Ocupações para moradia no centro e na periferia**: repensando a espoliação urbana a partir das dinâmicas imobiliárias e insurgências em São Paulo. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18º, 2019. Natal. Disponível em: <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.
- CUBAS, V. de O. Expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas. São Paulo: **Revista brasileira de segurança pública**, v. 11, n. 2, p. 164-180, 2017. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/864>>. Acesso em 08 set. 2018
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.



DEVECCHI, A. M. **Reformar não é construir**. A reabilitação de edifícios: Novas formas de morar em São Paulo no Século XXI. 2010. 559 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.

HIRATA, D. V.; MAGALHÃES JR, J. C. de; e TELLES, V. da S. Ao lado, o outro lado: veredas incertas. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 177-231.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, L.; e ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 73-91.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa**. São Paulo: EDITORA ALDA-ÔMEGA, 1982. p. 71-93.

MURAD, J. **Ocupação, uma alternativa de moradia**. 2019. 300 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NEOUHOLD, R. dos R. **Os movimentos de moradia e sem teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. NICÉSIO, L. Resistência e luta pela moradia no centro de São Paulo: Frente de Luta por Moradia e a Ocupação São João. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

PEREIRA, R. B. **Contribuição ao debate sobre a Reforma Urbana**: A localização na cidade na luta dos movimentos de moradia. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PETRELLA, G. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo**: região da Luz no século XXI. 2017. 412 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.



RIZEK, C. S. Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. Salvador: **Redobra**, n. 12, ano 4, 19-24, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN3_cibele.pdf. Acesso em 15 abr 2018.

SANTO AMORE, C. e CABRAL, G. É pau, é pedra: autoconstrução na realidade contemporânea de São Paulo. In: D'Ottaviano, C. (org.) **Habitação, Autogestão e Cidade**: um outro olhar necessário. São Paulo: FAUUSP. (No prelo).

SANTOS, J. T. dos. **Trabalho infantil no espaço doméstico**: exploração oculta. O social em questão, Rio de Janeiro, n. 35, 2016, p. 149-170.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 222 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, C. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; e TELLES, V. **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 57-73.

STEVENS, J.; MEULDER, B. de; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo – Um urbanismo emergente?. **Vitruvius**, São Paulo, ano 20, 2019. Disponível: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 21 out 2019.

TELLES, V. da S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 65-116.

TELLES, V. da S.; e CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TONE, B. B. **São Paulo, século XXI**: valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRINDADE, T. A. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática**: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

NOTAS DE FIM

*Este artigo é parte da pesquisa que resultou na tese de doutorado, desenvolvida entre 2016 e 2020, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).



Sobre a autora:**Larissa de Alcantara Viana**

Doutora (2020) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), área de concentração Habitat, linha de pesquisa Participação Social e Políticas Públicas a Produção e Gestão do Habitat, com tema "Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo", bolsa CAPES. Mestre (2015) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), área de concentração Habitat, linha de pesquisa Participação Social e Políticas Públicas a Produção e Gestão do Habitat, com tema "Da conquista à resistência: copa do mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza - CE", bolsa CAPES. Atualmente professora na Universidade São Francisco - USF (Bragança Paulista, Campinas e Itatiba). Experiência com docência, pesquisa e trabalho em Assessoria Técnica, Habitação de Interesse Social, Planejamento Urbano e Regional, Projeto Urbano e Educação Popular. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Fortaleza (2011).

Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP, Brasil

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/3779893234583968> ORCID:<http://orcid.org/0000-0002-6111-9043>

E-mail:larissa.aviana@gmail.com

